Trabalho, emprego e transformações sociais: trajectórias e dilemas das ciências sociais em Portugal*

1. INTRODUÇÃO

O balanço aqui apresentado não pretende ser exaustivo. Trata-se apenas de um roteiro histórico condensado sobre o desenvolvimento das ciências sociais em Portugal em torno da problemática do trabalho e do emprego, procurando inseri-la no contexto da maturação do capitalismo industrial e da expansão das classes assalariadas urbanas. Para reconstituirmos a trama deste processo teórico e institucional, procuraremos não só evidenciar as sucessivas opções temáticas e reorientações metodológicas da sociologia e da economia, mas também dar conta pormenorizadamente das principais obras e autores de referência, das instituições de ensino e investigação e de outras iniciativas científicas a destacar, assim como das circunstâncias condicionantes de ordem mais geral.

A proposta de uma periodização neste processo levanta certamente problemas delicados, porque é difícil apreender uma lógica de conjunto no movimento das diversas ciências sociais em torno de uma determinada problemática, quando o desenvolvimento de cada uma delas decorre segundo diferentes temporalidades. No entanto, e apesar de serem evidentes as diferenças de ritmo e de postura epistemológica entre, por exemplo, a sociologia e a economia, parece-nos possível discernir uma periodização que lhes é comum, nomeadamente se atendermos à «coloração» cultural e política das sucessivas fases históricas.

Deste modo, trataremos seguidamente destes períodos:

Do início do século XX a 1926: um racionalismo tecnicista em gestação;

Os anos 1926-49: bloqueamento institucional e primeiro assomo das teses industrialistas;

Os anos 50: em torno da reforma do corporativismo;

Os anos de 1960-74: sob o impulso do surto industrial;

Os anos de 1974-81: a emergência da ciência crítica;

Os anos de 1982-85: novos desafios no contexto da crise.

* Este texto foi elaborado para o compêndio *As Ciências Sociais em Portugal: Desenvolvimento e Perspectivas*, no quadro de um projecto financiado pela Stiftung Volkswagenwerk, sob a coordenação de Franz-Wilhelm Heimer.

Este artigo é substancialmente diferente da versão definitiva, que aparecerá em língua inglesa, na medida em que apresenta uma análise mais aprofundada do período que vai até 1974 e não abrange as obras e iniciativas ulteriores a Julho de 1985, que serão estudadas na publicação definitiva.

Empreendemos um esforço de elaboração de uma perspectiva histórica e assumimos um risco de apreciação crítica. Procedemos assim a uma avaliação mais fundamentada do que está em causa na presente conjuntura. Por um lado, ela traduz um processo de maturação teórica e metodológica, assim como de revitalização dos suportes institucionais e do dinamismo da comunidade científica; mas, por outro lado, coloca na ordem do dia a superação dos obstáculos que ainda dificultam o progresso da produção científica original, quer de ordem teórica, quer de ordem da pesquisa aplicada.

2. DO INÍCIO DO SÉCULO XX A 1926: UM RACIONALISMO TECNICISTA EM GESTAÇÃO

A economia e a sociologia do trabalho e do emprego nascem tardiamente em Portugal, se tomarmos por referência o movimento geral europeu. Este facto insere-se obviamente no atraso global do nosso desenvolvimento das ciências sociais, explicável por um contexto social pouco favorável: o peso das crises económicas e culturais que caracterizam Portugal desde o século XVI, a formação lenta da sociedade industrial, o desenvolvimento retardado da burguesia industrial moderna e do proletariado, a predominância dos sectores tradicionais, designadamente rurais, e as características dependentes e semiperiféricas do capitalismo português.

Os inícios do século XX são marcados por um certo arranque industrial, ainda que frágil, acompanhado de algumas mudanças quantitativas e qualitativas na composição da classe operária¹. O surto de lutas sociais repercute-se então numa primeira tomada de consciência da questão social por parte de meios universitários, o que pode ser exemplificado pelas obras de Luís Gonçalves, Ávila Lima, Campos Lima e Fernando Emygdio da Silva². Num outro plano, o das fontes, deve referir-se a criação, em 1906, do *Boletim do Trabalho Industrial*, importante núcleo documental sobre sectores industriais, situação do operariado, acidentes de trabalho, salubridade, greves, salários, horários de trabalho, etc.

É no período da 1.ª República que surgem as primeiras tentativas inovadoras de sectores da burguesia industrial mais «esclarecida» e de uma *élite* cultural técnico-científica para racionalizarem os sistemas de trabalho e criarem mecanismos de «integração» da classe operária, designadamente através da legitimação de uma ideologia do progresso e da divulgação de obras de Taylor e seus seguidores, nos seus aspectos mais importantes: análise e divisão do trabalho, organização da produção, reforma dos processos de selecção e formação profissionais.

Na sequência do movimento internacional para o desenvolvimento da Organização Científica do Trabalho (OCT) é criado em 1925 o Instituto de Orientação Profissional, onde trabalham nomeadamente Faria de Vasconcelos, João Camoesas e Emílio Costa. A sua acção abrange um leque amplo de objectivos: conhecimento do mercado de trabalho e inquérito às condições de vida dos trabalhadores, selecção e orientação profissionais (com aplicação de conhecimentos de disciplinas como Sociologia e Economia), monografias profissionais, colocação de aprendizes.

¹ Para maior desenvolvimento, cf. LIMA (1982).

² Cf. GONÇALVES (1905); LIMA, J. A. (1905); LIMA, J. C. (1905); SILVA (1905, 1913).

No entanto, devido aos bloqueamentos institucionais, aos condicionamentos económicos, à crise da 1.ª República e ao facto de o salazarismo ter travado a difusão e aprofundamento deste projecto de racionalização de alguns sistemas de decisão e acção, este movimento acaba por formar apenas alguns interlocutores e por se situar predominantemente ao nível doutrinário, não alcançando sectores amplos do aparelho produtivo.

3. O PERÍODO DO SALAZARISMO

3.1 OS ANOS DE 1926-49: BLOQUEAMENTO INSTITUCIONAL E PRIMEIRO ASSOMO DAS TESES INDUSTRIALISTAS

A primeira fase do salazarismo (1926-49) pode ser ainda subdividida em dois ciclos, separados pela segunda guerra mundial. O primeiro é inaugurado pela ditadura militar e é caracterizado pela construção do Estado Novo e pelo ritmo lento de desenvolvimento das forças produtivas. A repressão, a resistência à abertura institucional e o corporativismo nacionalista e autoritário constituem algumas das características do regime que condicionam e bloqueiam a investigação e o ensino das ciências sociais. A ilustração deste processo traduz-se na censura, no exílio de muitos investigadores, no isolamento internacional, na precariedade institucional e económica de uma profissão não legitimada nem considerada socialmente útil.

As brechas permitidas pelo regime são excepcionais. No que respeita à problemática do trabalho, importa assinalar a obra de Descamps³, em que, sob influência da sociologia experimental e da escola da ciência social de Le Play, o autor desenvolve cursos e pesquisas de campo sobre a «vida social» portuguesa: indústrias, classes urbanas, situação dos operários, aprendizagem, formação profissional, comportamentos quotidianos, etc. Num diferente campo ideológico, porque oposto ao regime autoritário, surgem obras de militantes sindicais e políticos sobre o movimento operário, marcadas por objectivos de intervenção política prática e sem atingirem nem o grau da autonomia nem o rigor técnico, metodológico e empírico próprio da investigação científica. É nesta linha que se enquadram, entre outras, as obras de Alexandre Vieira, Manuel J. de Sousa, Emílio Costa e Bento Gonçalves⁴.

A segunda guerra mundial marca o início de um segundo ciclo do salazarismo, em que se criam condições para uma certa expansão industrial: Plano de Electrificação (1944), Lei de Fomento e Reorganização Industrial (1945), projecto de formação de algumas grandes indústrias de base (metalurgia, azoto, etc.), modernização técnica e organizacional de certas empresas (CP, CUF, estaleiro da Rocha), por acção de gestores influenciados por experiências estrangeiras.

A literatura produzida nesta altura desdobra-se em duas vertentes. Uma primeira, em que se faz a apologia do taylorismo, se critica a irracionalidade de certas indústrias e se elogiam as empresas pioneiras da racionalização, provém de autores oriundos do meio patronal e de engenheiros e economistas defensores da opção industrializante. Destaca-se aqui o nome

³ DESCAMPS (1935).

⁴ VIEIRA (1926); SOUSA (1931); COSTA (1931); GONÇALVES (1976).

de Ferreira Dias, autor de *Linha de Rumo*, a obra mais representativa em defesa de uma estratégia industrializante⁵.

Uma segunda vertente respeita a obras que procuram legitimar o regime e sustentar os objectivos sociais das suas políticas. É assim que são criados cursos de serviço social e se organizam as Semanas Sociais Portuguesas, para aprofundamento da doutrina social católica, marcadas por intervenções em que é clara a ideologia reformadora, tendente a obter a paz social mediante a concertação corporativa⁶.

Neste contexto, é de sublinhar ainda o início da obra importante de Pires Cardoso, tendente a fundamentar no plano científico e doutrinário o corporativismo e a reforma da empresa⁷.

O panorama global das ciências sociais do trabalho continua, no entanto, a ser marcado pela precariedade institucional: censura à análise científica crítica e barreiras na difusão de informações no plano internacional.

3.2 OS ANOS 50: EM TORNO DA REFORMA DO CORPORATIVISMO

Durante esta década, o regime lança as bases de uma certa expansão industrial, com o I Plano de Fomento, a criação de algumas oportunidades de exportação, a acumulação de capitais, a racionalização resultante das medidas de reorganização e condicionamento industrial, a aquisição de conhecimentos técnicos por trabalhadores mais qualificados, o aumento da intervenção do Estado na vida económica e a adesão à EFTA.

Também no plano do sistema corporativo se regista uma certa reanimação de iniciativas institucionais: a fundação das primeiras corporações, o lançamento do Plano de Formação Social e Corporativa, passando pela criação do Centro de Estudos Sociais e Corporativos e do Instituto de Formação Social e Corporativa, e, já no âmbito universitário, a organização do Gabinete de Estudos Corporativos.

As inovações doutrinárias e institucionais que marcam a década de 50, no sentido de relançar e depurar o projecto corporativo, condicionam também as incursões teóricas iniciais da primeira geração de economistas com um interesse sistemático pelos problemas do trabalho.

O grosso dessa geração faz a sua formação académica no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras de Lisboa, onde, apesar de esforços de renovação como os do Prof. Pinto Barbosa, predomina ainda um misto de teoria marginalista, de ideologia corporativista e de concepções institucionalistas de inspiração francesa. A influência do keynesianismo acaba apenas de despontar, através de alguns artigos de divulgação publicados na *Revista de Economia*⁸, de ciclos de conferências promovidos em 1951-52 pela Associação Industrial Portuguesa e pelo Sindicato dos Comercialistas e de primeiras tentativas de sistematização, como a do Prof. Teixeira Pinto em *Alguns Aspectos da Teoria do Crescimento Económico* e, já em conjunto com Francisco Pereira de Moura, *Problemas do*

⁵ DIAS (1945).

⁶ Cf. nomeadamente as Semanas Sociais Portuguesas, e em particular a de 1949, sobre os problemas do trabalho (concepção cristã do trabalho, medicina do trabalho, acidentes, higiene, duração, contratos, trabalho feminino, participação na empresa, direito à greve, remuneração, desemprego, OIT, etc.).

⁷ CARDOSO (1943).

⁸ BASTIEN (1984).

Crescimento Económico Português, editado em 1958. Simultaneamente, o acesso à literatura marxista continua a ser dificultado.

Neste contexto, e dada a ausência de tradição académica, os primeiros ensaios abrindo o campo disciplinar da economia do trabalho partem de investigadores ligados ao Gabinete de Estudos Corporativos, dirigido pelo Prof. Pires Cardoso, e mais tarde ao Centro de Estudos Sociais e Corporativos. Marcados pela preocupação doutrinária ou, pelo menos, de proposta de medidas de actuação, esses ensaios centram-se em dois grandes temas: a *reforma da empresa* e a *política de salários*, com destaque para os artigos publicados por Sedas Nunes, João Moura e Manuela Silva⁹ na revista do Gabinete.

O tratamento destes temas parte de uma preocupação consentida e mesmo alimentada pelo ideário corporativista: prevenir os efeitos «perver-
sos» da industrialização, já patente nos países capitalistas mais avançados, e, mais precisamente, o risco de «proletarização»¹⁰ e de agudização dos conflitos de classe na sociedade portuguesa. Porém, apoiando-se nesta preocupação, os autores fazem perpassar outros tipos de influências: por um lado, as propostas humanistas inspiradas na renovação do *catolicismo social* e, por outro lado, a divulgação de teorias científicas mais recentes, críticas do taylorismo e favoráveis à participação dos trabalhadores na vida da empresa, assim como das concepções keynesianas sobre a relação entre repartição de rendimentos, crescimento económico e emprego. Os autores procuram assim demonstrar que as reformas preconizadas quanto à actuação do Estado e das classes empresariais, tais como a elevação do nível de salários e a «humanização» do trabalho, passam a dispor de um fundamento, não só ético, mas científico. É de sublinhar, por outro lado, e já no âmbito da análise com fundamento estatístico, o papel pioneiro desempenhado pelo estudo de Manuela Silva sobre a estrutura do salário, publicado em 1956.

Paralelamente, esta mesma preocupação de elevação do nível de vida e de garantia de um «salário justo» de âmbito familiar é também manifestada por um autor deste período, Cortez Pinto¹¹, mas já no sentido de defender as virtualidades do sistema corporativo, em detrimento da negociação sindical: esse sistema é apresentado como um meio regulador privilegiado de repartição do rendimento, da previdência social e também de combate às consequências do «desemprego tecnológico». Esta última questão só então começa a ser aflorada¹², reflectindo porventura os problemas decorrentes dos primeiros planos de fomento.

Uma referência particular merece o livro de A. Sedas Nunes¹³, em que o autor se interroga sobre a experiência corporativa e a submete a análise crítica, considerando que ela exige a fundamentação prévia, sobre bases científicas, da teoria sociológica e económica do corporativismo. Trata-se

⁹ NUNES (1952); MOURA (1950, 1957, 1958); SILVA (1957).

¹⁰ «Proletarização» no sentido que se pode retirar por exemplo dum extracto in SILVA 1957, p. 149: «As experiências estrangeiras mostram serem os processos de industrialização terreno propício à formação duma mentalidade proletária. Mas ensinam também as verdadeiras causas que lhe dão origem. Entre elas se conta a 'exploração' da classe operária e a desumanização de trabalho a que nos referimos. Parece, portanto, que a solução é clara: impedir que a industrialização se faça à custa destas pechas.»

¹¹ PINTO (1955, 1957-a, b).

¹² Cf. também ASCENSÃO (1959); COMISSARIADO DO DESEMPREGO (1959).

¹³ NUNES (1954).

de um texto que testemunha a influência de expoentes da sociologia do trabalho (Taylor, Mayo, Friedmann) e onde se elaboram dados sociográficos relevantes sobre Portugal, anunciando já os primórdios de uma teoria da transição da sociedade pré-industrial à sociedade industrial, que viria a ser desenvolvida em obras ulteriores.

3.3 OS ANOS DE 1960-74: SOB O IMPULSO DO SURTO INDUSTRIAL

A pesquisa sobre temas económico-sociais desenvolve-se nos anos 60, com a criação de vários centros de investigação. É então que se geram em Portugal condições menos desfavoráveis para o desenvolvimento da pesquisa social no campo do trabalho: nessa fase se forma a maior parte dos economistas de trabalho hoje em actividade e é então também que a abordagem sociológica começa a abrir o seu espaço próprio, com o aumento do número de estudantes portugueses em cursos de sociologia nas universidades estrangeiras. Um impulso de fundo parte das próprias mutações aceleradas que percorrem a década. Com a adesão à EFTA, em 1959, Portugal reorienta o seu processo de industrialização da substituição de importações para a promoção de exportações, o que se associa a uma abertura crescente ao investimento estrangeiro. Com a eclosão das guerras coloniais, o grande surto emigratório agravado pela estagnação agrícola e pelo arranque de novos investimentos industriais de dominante capital-intensiva e exigindo novas qualificações, surgem com crescente gravidade problemas de regulação do mercado de trabalho: bolsas de desemprego estrutural, associadas a penúrias localizadas de mão-de-obra, problemas de reconversão sectorial dos trabalhadores, reorganização dos processos de trabalho, migrações internas e desigualdades regionais.

A tomada de consciência destes problemas é já manifesta nas Jornadas de Produtividade, de iniciativa do Instituto Nacional de Investigação Industrial, nos Colóquios Nacionais do Trabalho, da Organização Corporativa e da Previdência Social e promovidos anualmente pela Junta da Acção Social entre 1961 e 1964; mas é ainda débil na formulação do II Plano de Fomento (1959-64), onde a alegada intenção de os enfrentar não se traduz, porém, na elaboração de uma política específica, e isto por dificuldades óbvias: a precariedade da informação empírica de base e a inexistência de órgãos estatais especializados neste domínio, já que o Comissariado de Desemprego, criado em 1932 e subordinado ao Ministério das Obras Públicas, fora até então considerado suficiente¹⁴.

Terá sido justamente para ultrapassar estas dificuldades, conforme é exposto na ocasião por Neto de Carvalho¹⁵, que são criados em 1962 o Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-Obra (FDMO) e o Instituto de Formação Profissional Acelerada, assim como, já em 1965, o Serviço Nacional de Emprego¹⁶. É a partir desta base institucional que se desenvolve gradualmente o Ministério das Corporações. É também aqui que se forma, sob o incentivo de João Moura (director do FDMO e, a partir de 1970, director do seu Gabinete de Estudos e Planeamento), um importante grupo de investigadores no domínio da economia do trabalho. Os esforços isolados que vinham assinalando a necessidade de desenvolver a informação

¹⁴ Cf. *Boletim do Comissariado do Desemprego*, editado pelo Ministério das Obras Públicas entre 1945 e 1972, onde é manifesta a «fossilização» da política de emprego até 1960.

¹⁵ CARVALHO (1962-a, b).

¹⁶ MURTEIRA (1966-a, b).

estatística¹⁷ passam assim a traduzir-se num trabalho mais sistemático, conforme é atestado pelo *Boletim do FDMO*. Por seu turno, na colecção *Cadernos do FDMO* são publicados textos de divulgação temática (medidas de política de emprego, experiências estrangeiras, mecanismos do mercado de trabalho, etc.) e análises concretas do caso português. Na sua globalidade, trata-se fundamentalmente de uma actividade de pesquisa de orientação pragmática, para fins administrativos, com o empirismo que lhe é inerente, mas que pôde conquistar uma relativa autonomia em relação às instâncias ministeriais. E, já por ocasião do III Plano de Fomento (1968-72), o conteúdo do relatório do grupo de trabalho sobre «Mão-de-Obra e Problemas Sociais»¹⁸ manifesta a maturidade analítica e empírica entretanto alcançada no tratamento destes temas. Sublinha-se, no entanto, que este esforço de renovação tivera já início na preparação do Plano Intercalar de Fomento (1965-67), que reúne no grupo de trabalho sobre «Mão-de-Obra e Aspectos Sociais», também presidido por João Moura, investigadores como Mário Murteira, Cruz Rodrigues, Odete Esteves de Carvalho e Manuela Silva. Entretanto, já no domínio da assistência e da intervenção social, surge um novo periódico, a *Informação Social*, publicada a partir de 1965 pelo Centro de Estudos Sociais.

Paralelamente, outros movimentos se desenham no sentido de criar espaços institucionais propícios à investigação não directamente vinculada aos fins pragmáticos da administração pública. Alguns dos investigadores formados no Gabinete de Estudos Corporativos, de orientação católica na sua maioria, depois de terem procurado animar, entre 1956 e 1961, o Centro de Estudos Sociais e Corporativos, viriam a abandoná-lo, optando pela criação de uma nova estrutura de investigação, o Gabinete de Investigações Sociais, que, a partir de 1963, passará a editar a revista *Análise Social*. O seu confronto com a *Revista do Gabinete de Estudos Corporativos* e com a revista *Estudos Sociais e Corporativos*, que o referido Centro lança a partir de 1962, torna mais evidente a reorientação do percurso das ciências sociais em Portugal que a *Análise Social* vem promover: os estudos económicos e sociais de dominante doutrínaria ensaiados no Gabinete de Estudos Corporativos e prosseguidos no Centro de Estudos Sociais e Corporativos vão gradualmente cedendo o passo a estudos *económicos e sociológicos* cujo posicionamento epistemológico e exigência metodológica consumam uma ruptura importante em relação aos propósitos «moralizantes» da produção teórica anterior. Em todo este movimento, é de sublinhar o papel nuclear do director de *Análise Social*, A. Sedas Nunes, em cuja trajectória pessoal é visível este conflito de tendências e esta progressiva autonomização de uma consciência sociológica propriamente dita. Basta referir as diferenças que vão de *Princípios de Doutrina Social* (publicado em 1961) a *Sociologia e Ideologia do Desenvolvimento* (em 1968) e a *Questões Preliminares sobre as Ciências Sociais* (em 1972).

Ficam, no entanto, por esclarecer as relações, certamente complexas, que se estabelecem entre esta descompressão doutrínaria da investigação científica no domínio do trabalho e o movimento de liberalização da sociedade portuguesa que é ensaiado a partir de 1968 com a «primavera marce- lista». Sob o lema da passagem do «Estado Novo» ao «Estado Social», reduz-se a intervenção estatal nos sindicatos, impulsiona-se a contratação

¹⁷ Ver especialmente SILVA (1956).

¹⁸ Cf. COMISSÃO INTERMINISTERIAL DE PLANEAMENTO E INTEGRAÇÃO ECONÓMICA (1967).

colectiva, toleram-se alguns movimentos reivindicativos estudantis e operários, promove-se uma tímida revisão da Constituição e da Lei de Imprensa, concede-se alguma audição aos intelectuais liberais organizados em núcleos, como a Sociedade de Estudos e Desenvolvimento Económico e Social (SEDES).

A caracterização mais contundente do processo e das clivagens sociais que então se geram encontra-se provavelmente nos escritos de João Martins Pereira, reunidos no livro *Pensar Portugal Hoje* e, em termos mais estritamente económicos, no *Por onde Vai a Economia Portuguesa?*, de Francisco Pereira de Moura.

No espaço universitário, entretanto, a influência crescente e consentida do pensamento keynesiano¹⁹ e crescente e clandestina do pensamento marxista favorecem uma sensibilização genérica aos problemas da repartição do rendimento, do emprego e da organização do trabalho em relação com o desenvolvimento económico. E, em 1962, a criação do Instituto de Estudos Sociais, incentivada pelo Ministério das Corporações com o objectivo de formar funcionários e técnicos em Administração Social de Empresas e em Política Social, possibilita a afirmação de novas disciplinas no campo académico: entre elas são de destacar Política Social, regida por Conceição Tavares da Silva e, posteriormente, por António da Silva Leal, e Economia do Trabalho, regida por Mário Murteira, com a colaboração de Acácio Catarino. À semelhança do percurso de Manuela Silva no domínio do planeamento social²⁰, estamos aqui perante alguns dos casos de articulação entre a actividade académica (ensino e investigação) e a actividade na administração pública (gestão e investigação), dicotomia que divide a geração de economistas que vimos referindo. Com a publicação, em 1968, de uma dissertação de doutoramento, *A Determinação do Salário na Indústria*, e, em 1969, da síntese das suas lições, *Economia do Trabalho*, Mário Murteira consolida a implantação universitária desta disciplina, introduzida também posteriormente no ISCEF (em colaboração com Américo Ramos dos Santos), onde se alarga então também à concepção de Economia dos Recursos Humanos: ao longo deste percurso torna-se patente que à divulgação dos processos dos *labour economists* se junta a indagação mais fundamental trazida por François Perroux à ciência económica.

No âmbito mais genérico das ciências sociais, nomeadamente da sociologia do desenvolvimento e do trabalho, a reforma universitária do início da década de 70 vem introduzir algumas inovações significativas, entre as quais a criação do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), em substituição do Instituto de Estudos Sociais, e o nascimento da licenciatura em Ciências Sociais no Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina. Naquela primeira escola são organizados bacharelatos e licenciaturas em Ciências do Trabalho (transformadas em Sociologia após o 25 de Abril) e em Organização e Gestão de Empresas, em que se incluem disciplinas voltadas para a problemática do desenvolvimento, do trabalho e da gestão de empresas: Quadros Institucionais da Vida Económica, Demografia, Povoamento e Recursos Humanos, Direito do Trabalho, Segurança Social, Emigração, Economia do Traba-

¹⁹ Publicam-se em 1964 as primeiras sebtas de orientação keynesiana do ISCEF, *Lições de Economia*, de Francisco Pereira de Moura, seguindo-se em 1969 *Por onde Vai a Economia Portuguesa?*, do mesmo autor.

²⁰ SILVA (1965, 1976).

lho, Organização e Métodos do Trabalho, Administração do Pessoal e Aspectos Sociais do Desenvolvimento.

Em todo este contexto, e perante a crescente expansão das classes assalariadas, da urbanização e dos sintomas de «modernização» e de abertura ao exterior, a pesquisa portuguesa em ciências sociais é estimulada a diversificar temáticas.

As relações entre desenvolvimento económico, integração europeia, modernização do aparelho produtivo e criação/supressão do emprego, consoante o tipo de investimentos, são analisadas em artigos de João Moura²¹, que alertam para a necessidade de os planos de fomento terem em conta o impacte do padrão de investimentos no mercado de trabalho.

A política do emprego torna-se também centro de crescente atenção, acusando uma mudança geral de atitude, inspirada por inovações entretanto registadas acerca desta matéria no âmbito da OCDE e da OIT²². Conforme expõe Isilda Branquinho, trata-se de adoptar «políticas activas de mão-de-obra»²³, já que as políticas económicas tradicionais são insuficientes para superar os desajustamentos entre oferta e procura de emprego. Pela mesma época é também publicado um trabalho de Mário Murteira²⁴ sobre o Serviço Nacional de Emprego, cuja criação estava em curso, bem como trabalhos de Cruz Rodrigues e Carlos Branco²⁵ sobre formação profissional. A intenção de diagnóstico do «capital humano» português emerge também de estudos posteriores de Mário Murteira, Acácio Catarino e Isilda Branquinho, assim como de A. Sedas Nunes, Vítor Matias Ferreira e Joaquim Aguiar²⁶.

O tema da repartição do rendimento, das diferenciações salariais e da política salarial recebe também um novo impulso com os trabalhos de Mário Murteira e de Odete Esteves de Carvalho²⁷, tirando partido dos progressos da contabilidade nacional entretanto realizados e apontando já mais explicitamente objectivos e meios de redistribuição do rendimento. Toda esta problemática envolve um dos aspectos mais vulneráveis do regime: a política de baixos salários como forma de protecção. Não é assim por acaso que um estudo sobre a fixação do salário mínimo empreendido em 1969 no âmbito do FDMO só virá a ser publicado em 1977.

O progresso das estatísticas do trabalho possibilita gradualmente uma apreensão mais fundamentada das tendências da evolução da população empregada, da produtividade e do funcionamento do mercado de trabalho, como ressalta de pesquisas prosseguidas por Cardoso dos Santos, Torres Campos, Acácio Catarino e Helena Lopes²⁸.

No plano da *sociologia*, um primeiro ensaio de interpretação multidisciplinar destas tendências, associadas a outros indicadores sociais entretanto apurados, cabe a A. Sedas Nunes, que elabora uma obra rica de

²¹ MOURA (1963, 1965).

²² Referimo-nos à Recomendação do Conselho da OCDE sobre Política de Mão-de-Obra, Instrumento de Crescimento Económico, adoptada em 1964, e à Convenção e à Recomendação da OIT sobre política de emprego, adoptada em 1964.

²³ BRANQUINHO (1965).

²⁴ Cf. MURTEIRA (1966-a, b).

²⁵ RODRIGUES (1965); BRANCO (1965).

²⁶ MURTEIRA (1968, 1969); NUNES (1969).

²⁷ MURTEIRA (1960, 1963, 1968, 1969, 1973); CARVALHO (1962, 1971).

²⁸ SANTOS (1963); CAMPOS (1966); LOPES (1971).

informações sobre a sociedade portuguesa, com base numa interpretação *dualista* do desenvolvimento económico e social. O próprio autor explicita as críticas formuladas à expressão «sociedade dualista» por alguns sociólogos em função de dois argumentos fundamentais: «primeiro, o de que os pólos, tradicional e moderno, do dualismo considerado devem ser entendidos como resultado de *um mesmo* processo histórico-evolutivo; segundo, o de que as mútuas relações que entre si mantêm, por um lado, as regiões, os sectores e os grupos tradicionais e, por outro, as regiões, os sectores e os grupos modernos fazem parte do funcionamento de *uma mesma* sociedade global»²⁹. O autor concorda com estas observações, mas não vê nelas motivos para alijar a expressão utilizada. A obra sistematiza dados relevantes sobre as relações entre crescimento económico, mudança social e distribuição desigual dos efeitos do crescimento, numa perspectiva desenvolvimentista, «industrializante» e de modernização dos recursos humanos, dando logicamente menos importância a factores como os conflitos sociais, a dominação e as forças socioeconómicas e políticas determinantes das formas específicas do progresso económico.

A referência ao *trabalho* como núcleo analítico fundamental e a crescente sensibilização às inovações sociais associadas ao desenvolvimento industrial conduzem ao aprofundamento da pesquisa sobre as relações sociais que se formam no espaço produtivo. Desta tendência, particularmente evidente no Gabinete de Investigações Sociais, é testemunho o artigo em que A. Sedas Nunes estuda o significado e as limitações do taylorismo e da teoria das relações humanas³⁰.

O quadro em que se agrupam por rubrica os artigos publicados na *Análise Social* entre 1963 e 1984 revela claramente que os temas laborais constituem desde os anos 50 o objecto mais frequente da atenção dos investigadores.

Na mesma linha de pensamento, importa mencionar também o Seminário de Sociologia das Organizações, dirigido no mesmo Gabinete por Jean-Daniel Reynaud e em que um conjunto de sociólogos participa e se forma no contacto com temas fundamentais desta área: a empresa industrial e a evolução das técnicas, a burocracia, a «moral» e a organização, a dinâmica do grupo de trabalho e a autoridade, o comportamento na organização, a profissionalização, os peritos e a disciplina³¹.

Já no início dos anos 70, A. Sedas Nunes e David Miranda, ao estudarem a composição social da população portuguesa, abrem uma linha central na investigação sociológica: a análise da estratificação e das classes sociais, tendo os autores optado à partida pelo primeiro enfoque teórico, dada a natureza da informação disponível (falta de dados sobre estrutura de classes e conflitos, práticas e forças sociais)³². Mais tarde, A. Teixeira de Sousa e Eduardo de Freitas privilegiam a análise da estrutura de classes, estudando primeiro a situação de classe da população operária ao nível económico e depois (no que respeita ao segundo autor) a progressiva polarização das relações sociais entre 1930 e 1970, como resultado da crescente

²⁹ NUNES (1969).

³⁰ NUNES (1963).

³¹ Cf. LIMA (1965). De acordo com o testemunho de um dos autores destas linhas, pode dizer-se que a sociologia do trabalho se desenvolve a partir da geração de 1960, que se forma no cruzamento da influência das crises político-universitárias, da aprendizagem com professores e instituições estrangeiros e/ou do autodidactismo e subsequente reconversão profissional.

³² NUNES e MIRANDA (1971).

Agrupamento temático dos artigos publicados na «Análise Social»

Anos	Temas														
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	
1963	1	1	7	2	—	—	—	—	—	—	—	2	5	—	
1964	3	1	7	2	—	2	—	1	—	2	—	3	4	—	
1965	—	3	4	1	—	—	3	1	—	1	—	1	—	—	
1966	—	4	5	—	—	—	—	1	1	—	—	3	1	1	
1967	2	2	3	—	—	—	—	—	—	1	—	2	1	—	
1968	—	—	—	11	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
1969	1	—	8	4	1	—	—	1	—	1	—	6	1	—	
1970	2	1	1	1	—	—	—	1	—	1	1	—	2	1	
1972	1	8	2	—	1	—	—	—	—	—	1	2	—	—	
1973	1	2	3	2	2	—	—	1	—	—	2	3	1	—	
1975	1	1	2	4	—	2	—	1	—	3	5	3	—	—	
1976	—	1	4	4	1	2	—	—	3	3	3	6	—	—	
1977	—	—	4	5	—	4	—	—	3	1	1	4	—	—	
1978	2	—	4	4	—	4	—	—	3	1	2	3	—	—	
1979	2	—	—	3	—	—	—	—	4	—	6	6	—	—	
1980	—	1	2	2	—	—	—	—	2	—	2	3	—	—	
1981	—	—	9	—	1	1	1	1	1	2	8	1	—	—	
1982	1	—	7	4	3	2	—	—	14	—	9	9	—	—	
1983	—	—	—	1	5	12	2	1	1	8	6	3	2	—	
1984	—	—	—	1	1	1	—	2	2	1	1	2	—	—	
Total	17	25	72	51	15	30	6	11	34	25	47	62	17	2	414
Percentagem	4,1	6,0	17,4	12,3	3,6	7,2	1,4	2,7	8,2	6,0	11,3	14,9	4,1	0,5	100%

Nota — Este quadro resultou da actualização de um quadro semelhante publicado por L. F. Salgado de Matos (1982). Temas: 1, sociologia geral (inclui obras de sociologia geral e categorias residuais); 2, métodos (inclui epistemologia); 3, estudos sociológicos sobre trabalho (inclui sindicalismo, distribuição funcional do rendimento, segurança social e artigos jurídicos); 4, sociologia da cultura (inclui educação e intelectuais); 5, sociologia das classes e dos estratos sociais (teoria); 6, sociologia rural; 7, sociologia económica; 8, estudos sociológicos sobre família (inclui saúde); 9, estudos sociológicos sobre política; 10, demografia (inclui demografia histórica e emigração); 11, história; 12, economia; 13, urbanismo (inclui habitação); 14, psicologia.

consolidação do capitalismo³³. Simultaneamente, Sérgio Lopes desenvolve uma reflexão teórica sobre as perspectivas funcionalista, accionalista e marxista das organizações e da burocracia³⁴.

Paralelamente, regista-se um surto de trabalhos noutra linha de pesquisa característica do caso português — a emigração —, com os comentários de informação estatística elaborados por José Carlos Ferreira de Almeida e Marinho Antunes³⁵ e os ensaios de interpretação pluridisciplinar produzidos, em 1970, por Maria Beatriz Rocha Trindade e por Carlos Almeida e António Barreto e, em 1973, por Modesto Navarro³⁶.

A evolução dos estudos sobre a relação moral-productividade e a colaboração na empresa são temas abordados por Carlos Branco, numa obra em que apresenta alguns aspectos importantes de interpretação: o taylorismo, a escola das relações humanas, as pesquisas psicossociológicas da Universidade de Michigan³⁷.

Alguns dos tópicos analisados no referido seminário de J. D. Reynaud são ulteriormente retomados por Marinus Pires de Lima. É o caso das rela-

³³ SOUSA e FREITAS (1973); FREITAS (1973).

³⁴ LOPES (1970, 1973).

³⁵ ALMEIDA (1964, 1966); ANTUNES (1970, 1973).

³⁶ TRINDADE (1970); NAVARRO (1973). Refere-se ainda a síntese estatística de GONÇALVES (1971).

³⁷ BRANCO (1965).

ções entre processo de desenvolvimento e repartição da população activa, em que é visível a influência das perspectivas de Colin Clark e de Fourastié. A identificação do impacto do progresso técnico no progresso económico e social revela um certo determinismo tecnológico, embora o autor refira a necessidade de especificar mais rigorosamente as condições e modalidades do crescimento, em função das características da sociedade concreta. Também a experiência francesa de participação dos trabalhadores nos resultados das empresas é analisada empiricamente, salientando-se os seus objectivos ao nível do desenvolvimento e de um certo processo de «reconciliação» social. Por último, o mesmo autor elabora um esquema de análise dos sistemas de remuneração baseados nos resultados da produção. Neste texto, teoricamente próximo da sociologia da acção de Alain Touraine, sumarizam-se algumas outras concepções importantes, como as de Taylor, Mayo, Lewin e a corrente estratégica de March e Simon³⁸.

Numa perspectiva mais psicossociológica, deve mencionar-se também o artigo de Pina Prata em que se abordam as relações de liderança na estrutura hierárquica, orientação que articula a psicologia do trabalho e a sociologia das organizações³⁹.

As mudanças sociais associadas ao processo de modernização industrial são também objecto de interesse crescente, aí se enquadrando a obra de Makler sobre as *élites* industriais⁴⁰. Este estudo foca sucessivamente a origem, a mobilidade social, a instrução e as carreiras profissionais dos grupos da *élite* económica portuguesa e compara os resultados com dados publicados em estudos semelhantes para outros países, nomeadamente os da autoria de Linz e Miguel relativos à Espanha. A informação é recolhida com base em entrevistas pessoais a 306 membros da *élite* industrial. Reconhecendo embora a grande importância dos resultados empíricos obtidos, seria possível formular algumas críticas: o autor valoriza mais os dados subjectivos (respostas, opiniões, discursos) do que a estrutura objectiva e as práticas; ele faz a articulação dos elementos subjectivos com as exigências do desenvolvimento técnico, e nunca com as classes ou as relações sociais da produção; finalmente, o estruturofuncionalismo da sua óptica condu-lo a uma uniformização abstracta e formalista de sociedades com desenvolvimento económico e perfil político diferenciados.

Quanto à sociologia do trabalho operário, os sintomas de subdesenvolvimento são particularmente evidentes. Entre as tentativas de superar esta situação citam-se o inquérito por entrevista de Susana de Almeida às motivações de trabalhadores da indústria mecânica de Lisboa, em que os dados subjectivos não são ainda analisados como discursos ideológicos e em que os conceitos usados (por exemplo, satisfação) são mais restritivos do que o conceito de alienação (que implicaria uma sociologia mais crítica), e a investigação de Isabel Faria Martins e Leonel Costa sobre os trabalhadores da indústria e a aceitação do progresso técnico⁴¹.

No âmbito da historiografia operária, importa referir estudos da nova geração de cientistas sociais, como os de César Oliveira, José Pacheco Pereira e Carlos da Fonseca, que procuram constituir uma história científica baseada na pesquisa de documentos inéditos, ultrapassando as inúmer-

³⁸ LIMA (1966, 1967-a, b).

³⁹ PRATA (1973).

⁴⁰ MAKLER (1969).

⁴¹ ALMEIDA (1962); MARTINS (1959).

ras dificuldades de investigação sobre o tema: censura, quase completa ausência de estudos e bibliografias sobre Portugal contemporâneo, inacessibilidade das fontes⁴².

Numa perspectiva mais institucional, no sentido da criação de um sistema de relações industriais, salientam-se também as incursões renovadoras de Silva Leal e Mário Pinto no domínio do direito do trabalho (sindicalismo, relações colectivas)⁴³.

Por seu turno, mas já no âmbito da ciência política, Manuel de Lucena analisa pormenorizadamente os mecanismos jurídico-institucionais do regime corporativo (direito do trabalho, segurança social) e procede a um estudo comparativo sobre a sua natureza⁴⁴.

Formulando uma breve *síntese* sobre o período de 1960-74, poderemos concluir que ele é marcado pela criação de algumas instituições autónomas de ensino e investigação e pelo arranque de um esforço sistemático de reflexão científica sobre o trabalho e o emprego, procurando igualmente colmar algumas das lacunas no conhecimento empírico da sociedade portuguesa. É também nesta fase que se formam, quer um grupo de novos cientistas sociais no estrangeiro, quer gerações influenciadas pelas crises político-universitárias de 1962 e 1969 e sensíveis à problemática das ciências sociais. Diversas dificuldades condicionam, no entanto, o desenvolvimento da pesquisa: institucionalização tardia e precária, censura, fraqueza da comunidade científica, especialização restrita, acesso difícil à informação científica e tecnológica, ausência de dados básicos sobre a realidade portuguesa, escassez de recursos.

4. O PÓS-25 DE ABRIL

O movimento de 25 de Abril de 1974 traduz-se numa libertação geral de iniciativas sociais, económicas, políticas e culturais, que abrem às ciências sociais novas perspectivas.

Os centros de pesquisa e de ensino já criados podem finalmente desenvolver-se, enquanto se institucionalizam novos centros universitários. Paralelamente, regressam cientistas sociais formados no estrangeiro e aparece uma nova geração de investigadores: uns e outros encontram enfim espaços de autonomia e trabalham em condições profissionais significativamente diferentes das do regime anterior, o que vem permitir a diversificação e o aprofundamento das áreas temáticas e dos paradigmas e metodologias de análise.

A rápida mutação do contexto social constitui de resto um incentivo decisivo para esse esforço de diversificação. A ruptura do 25 de Abril é marcada pela irrupção de um amplo movimento social, que transforma substancialmente a relação salarial anterior e se estende a áreas muito variadas das relações sociais: conflitos de trabalho, ocupação e democratização dos sindicatos, gestão das empresas, habitação, escolas, autarquias locais, cultura, modos de vida, relações agrárias, etc. Os efeitos da crise económica internacional limitam crescentemente a margem de manobra interna, agravando a incapacidade política de adopção de uma nova estra-

⁴² OLIVEIRA (1971-a, b, 1973-a, b); PEREIRA (1971); FONSECA (1973).

⁴³ LEAL (1960, 1962, 1963); PINTO (1961, 1963-a, b, 1964-a, b, 1966, 1971).

⁴⁴ LUCENA (1976). Trata-se da tradução dum texto redigido em francês em 1971.

tégia de desenvolvimento, enquanto ocorrem entretanto consideráveis transformações nos mercados de trabalho, como o reforço da terciarização, a feminização, o retorno das ex-colónias, a diminuição dos fluxos de emigração, a desruralização, o aumento do desemprego, a precarização, o recurso a estratégias de pluriactividade.

Diferenciaremos duas fases, tendo em conta a forma como a evolução do contexto social influencia o percurso das disciplinas: a primeira, entre 1974 e 1981, caracterizada por uma certa espontaneidade e descoordenação; a segunda, a partir de 1982, em que se acentua o processo de institucionalização e se tornam mais visíveis os efeitos do agravamento da crise económica.

4.1 OS ANOS DE 1974-81: A EMERGÊNCIA DA CIÊNCIA CRÍTICA

No âmbito da *sociologia do trabalho* importa começar por salientar o papel desempenhado pelo seminário de especialização em sociologia do trabalho na licenciatura de Sociologia do ISCTE⁴⁵. Aqui se iniciam múltiplas pesquisas sobre relações sociais do trabalho, nomeadamente quanto a conflitos de trabalho e greves, em que se acumulam sistematicamente dados sociográficos extremamente ricos, que permitem eliminar algumas lacunas existentes no conhecimento dos movimentos sociais populares. É dada atenção particular à intensa movimentação operária ulterior ao 25 de Abril, designadamente às relações patronato-classes trabalhadoras-Estado, de modo a verificar se as práticas operárias em relação aos empresários são de tipo mais institucional (como, por exemplo, a negociação), ou, pelo contrário, claramente antagonistas (nomeadamente, acções directas de ruptura antipatronal). Uma outra linha de pesquisa respeita às relações entre a «base» social e os órgãos representativos dos trabalhadores, como as comissões de trabalhadores e os sindicatos, de modo a verificar se são adoptados modelos tradicionais, em que a tomada de decisões pertence a um grupo restrito de dirigentes e militantes no qual o colectivo «delega» poderes (centralização de autoridade nas cúpulas), ou, pelo contrário, se criam estruturas descentralizadas de repartição dos poderes (mobilização democrática de base). Utilizando-se instrumentos de pedagogia activa e privilegiando-se o trabalho empírico no terreno e o contacto directo com os actores sociais, o método mais usado no referido seminário é o da *monografia*, em que se faz uma análise intensiva das diversas dimensões das relações de trabalho, a partir de fontes muito variadas: documentos, observações directas, questionários, entrevistas aprofundadas com informantes privilegiados, histórias de vida.

Na sequência de preocupação análoga à do seminário — a de recolher e tratar material necessário para a análise científica das transformações das

⁴⁵ Este seminário, originariamente designado como «Seminário sobre a sociedade portuguesa — área de conflitos de trabalho», seria inicialmente orientado por Marinus Pires de Lima, tendo-se progressivamente alargado a equipa docente de modo a corresponder às exigências crescentes de orientação, ao aumento do número de alunos e à diversificação de temas de estudo. Nela se integraram ou por ela passaram pessoas como Fátima Patriarca, José David Miranda, João Freire, Duarte Pimentel, Karin Wall, Américo F. Costa e Silva e Alan Stoleroff. Vários elementos daquela equipa viriam aliás a iniciar ulteriormente investigações próprias sobre determinados objectos enquadrados na área. Outras disciplinas (Sociologia do Trabalho, Sociologia das Organizações) seriam mais tarde criadas em diversas Faculdades (por exemplo, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas e na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa).

relações de trabalho —, Maria de Lourdes Lima dos Santos, Marinús Pires de Lima e Vítor Matias Ferreira elaboram uma primeira abordagem global da periodização das lutas sociais nas empresas⁴⁶. Aí se distingue uma primeira fase, imediatamente ulterior a 25 de Abril e em que dominam as reivindicações salariais, os saneamentos e as formas de luta mais radicais, espontâneas e relativamente autónomas, com um papel importante das comissões de trabalhadores, e uma segunda fase, entre o 11 de Março e o 25 de Novembro, em que se implantam as estruturas sindicais, por vezes articuladas a aparelhos partidários, e surgem reivindicações mais politizadas e ligadas ao poder económico. É também durante este momento que se tornam mais visíveis quer determinadas contradições de projectos sociais, quer a tensão entre a acção de base e a pressão institucional.

A escassez de recursos financeiros, a raridade de estudos sociológicos e históricos existentes, a pequena fiabilidade de fontes estatísticas, os riscos do dedutivismo abstracto e a necessidade de analisar intensivamente a especificidade diferenciada de certas práticas locais são algumas das causas que conduzem determinados autores a privilegiarem o método monográfico com suporte numa gama ampla e flexível de técnicas de recolha de informação. É o que sucede com o *estudo de caso* da Lisnave, a maior concentração operária nas cinturas industriais portuguesas, com um colectivo conhecido pelas suas tradições de luta, onde Fátima Patriarca⁴⁷ e Marinús Pires de Lima⁴⁸ investigam pormenorizadamente as orientações e formas de acção dos diferentes grupos socioprofissionais, os processos de tomada de decisão dos actores sociais, os modos de organização, as estratégias reivindicativas e de negociação, o contexto político, a génese e o desenvolvimento diacrónico dos diversos tipos de lutas.

Uma das inovações importantes na relação salarial após 1974 é a criação de algumas centenas de pequenas e médias *empresas geridas por trabalhadores*, em substituição dos antigos proprietários. Este tema suscita diversas pesquisas, entre as quais se cita a de uma equipa que inventaria a trajectória das relações de «poder» entre os trabalhadores, os seus representantes e o patronato numa empresa têxtil intervencionada, a Fábrica Simões⁴⁹. O estudo evidencia, por um lado, a capacidade de iniciativa e a prática do esforço de salvaguarda do potencial produtivo, a partir de um exemplo de ocupação reivindicativa, e, por outro, a ascensão de líderes que se impõem pela competência técnica, a tensão entre a gestão e a reivindicação e a ulterior normalização e recondução ao modelo dominante de relações económicas e de «poder». A gestão tecnocrática com forte apoio operário tendente à viabilização económica é também detectada por José Barreto, numa indagação sobre diversas empresas em autogestão e cooperativas⁵⁰. Esta característica articula-se aliás com o facto de a maioria das cooperativas de produção terem surgido instrumentalmente para salvar guardar empregos, e não como resultado de uma opção ideológica alternativa.

A hipótese de interdependência dos sistemas e das relações de trabalho impulsiona a abertura e aprofundamento de um outro campo de pesquisa.

⁴⁶ SANTOS, LIMA e FERREIRA (1976-77).

⁴⁷ PATRIARCA (1977, 1978).

⁴⁸ LIMA (1977).

⁴⁹ PIMENTEL, PEREIRA, OLIVEIRA, CUNHA, PIMENTEL e LIMA (1977).

⁵⁰ BARRETO (1977).

É assim que se estuda a evolução da tecnologia, da organização, divisão e qualificação do trabalho e das políticas de gestão da mão-de-obra. Esta temática ocupa boa parte das investigações do seminário de sociologia do trabalho e é igualmente um dos núcleos fundamentais da pesquisa de Marínus Pires de Lima sobre as indústrias navais, em que o autor, partindo de tipologias de A. Touraine e C. Durand e adaptando-as à especificidade da produção por unidade, analisa os diferentes sistemas de trabalho e as transformações tecnológicas (mecanização), organizacionais (racionalização, controlo de trabalho) e profissionais (aprendizagem, formação profissional, comportamentos em relação aos processos de modernização)⁵¹.

Os estudos sobre a industrialização e a *formação da classe operária* são raros. Esta situação conduz à introdução destas matérias em alguns estabelecimentos de ensino universitário e ao desenvolvimento de uma nova linha de investigação, a da sociologia histórica das classes trabalhadoras. É necessário mencionar aqui os importantes estudos de Filomena Mónica, em que a inspiração de autores como E. P. Thompson e M. Perrot e a verificação das lacunas da historiografia portuguesa se traduzem na prioridade atribuída ao quotidiano e às bases, em detrimento do institucional e do político. Procurando ultrapassar a compartimentação tradicional dos processos socioeconómicos, políticos e culturais e utilizando fontes empíricas diversas (documentos, história oral, etc.), os primeiros estudos de casos da nova «história social» incidem sobre a morte de uma aristocracia operária de artesãos (os chapeleiros) e a evolução de uma comunidade (os vidreiros da Marinha Grande)⁵².

No terreno da história operária, baseada na pesquisa e na utilização científica de múltiplos documentos, importa sublinhar a obra de Carlos da Fonseca⁵³, bem como as incursões de autores mais debruçados sobre a história da 1.ª República (de que se citam César Oliveira, João Quintela, Vasco Pulido Valente, António J. Telo, Fernando Medeiros, A. H. de Oliveira Marques, Manuel Villaverde Cabral, Sérgio Lopes e J. Pacheco Pereira)⁵⁴.

Numa perspectiva diferente, a da história militante, mencionam-se também os testemunhos pessoais de Acácio T. de Aquino, José dos Reis Sequeira e Emídio Santana⁵⁵.

No domínio da *economia do trabalho*, os primeiros anos subsequentes ao 25 de Abril são fundamentalmente anos de acção e de aplicação política do saber adquirido por parte da geração de especialistas formada nos anos 60. A progressão da pesquisa e do ensino não deixa assim de acusar um certo abrandamento.

Com efeito, por via do processo de democratização e de abertura a novas opções políticas, são criadas condições para conceder aos problemas do emprego e do rendimento um maior peso na formulação das estratégias de desenvolvimento e de políticas económicas e sociais. Diversas propostas

⁵¹ LIMA (1981).

⁵² MÓNICA (1979, 1981).

⁵³ FONSECA (1975, 1979-82).

⁵⁴ OLIVEIRA (1974); QUINTELA (1976); VALENTE (1976); TELO (1977); MEDEIROS (1978); MARQUES (1978); CABRAL (1979); LOPES (1980); PEREIRA (1981). Interessa salientar ainda o Colóquio sobre o Movimento Operário em Portugal, organizado em 1981 pelo Gabinete de Investigações Sociais, cujas comunicações foram publicadas na *Análise Social*, n.ºs 67-68-69.

⁵⁵ AQUINO (1978); SEQUEIRA (1978); SANTANA in MATOS (1981). Santana viria a publicar em 1985 o seu livro de memórias.

são concebidas ao longo dos sucessivos governos⁵⁶, sendo de assinalar, pelo seu grau de elaboração e inovação, o *Plano a Médio Prazo*, de 1977-80, coordenado por Manuela Silva. Trata-se de uma volumosa obra, preparada por uma equipa de técnicos apoiados por BIT, com a intenção de viabilizar para Portugal uma estratégia de desenvolvimento orientada para a satisfação das necessidades básicas⁵⁷, entre as quais o emprego é inserido. Uma vez comprometidas as condições governamentais para a adopção desse Plano, sucede-se uma sequência de planos e políticas de curto prazo em que o objecto «emprego» fica apenas remetido para o foro das medidas específicas e pontuais, que entretanto vão sendo diversificadas e sofisticadas, numa tentativa de aproximação formal dos padrões europeus. Perdido este impulso inicial, ressurge no fim da década, para esta geração de economistas, a necessidade de reconsiderar, ao nível da pesquisa e do ensino, a nova situação portuguesa no domínio dos recursos humanos. No entanto, os resultados desse movimento apenas se tornarão mais visíveis já na década de 80.

Nos anos imediatos a 1974 ficam-nos assim, como publicações de referência, alguns ensaios de actualização teórica relativos às temáticas das políticas de emprego⁵⁸, do capital humano e da segmentação do mercado de trabalho⁵⁹, visando divulgar algumas inovações do debate internacional na disciplina. O seu eco, do ponto de vista da pesquisa empírica, mostra-se no entanto limitado, se exceptuarmos os trabalhos sobre o tema das desigualdades salariais, empreendidos nomeadamente por Eduarda Ribeiro e Lúcia Leitão⁶⁰. Esta questão surge no contexto da linha de investigação sobre os problemas da repartição do rendimento, que, dadas as mutações profundas aí verificadas durante o período, mobiliza o interesse de alguns investigadores⁶¹.

São também de assinalar, no que respeita ao diagnóstico de problemas de emprego em Portugal, os textos de João Moura, Américo Ramos dos Santos e Acácio Catarino⁶²; e, relativamente à análise estatística da estrutura e evolução da população activa e empregada, em termos sectoriais e regionais, os esforços empreendidos por Brito Ramos e outros⁶³. No entanto, grandes insuficiências estatísticas, tais como a precariedade do Recenseamento de 1970 e o bloqueamento das Contas Nacionais, continuam a dificultar este tipo de pesquisa. É de referir, porém, que algum progresso decorre do lançamento do Inquérito Permanente ao Emprego do I. N. E. e do enriquecimento dos inquéritos às empresas, organizados pelo Ministério do Trabalho. Paralelamente, prossegue o interesse pelo tema da emigração, de algum modo omnipresente no caso português⁶⁴.

⁵⁶ Ver a propósito SANTOS (1978-a).

⁵⁷ SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEAMENTO (1977) e BUREAU INTERNATIONAL DU TRAVAIL (1979).

⁵⁸ Cf. SANTOS (1978-c, 1979).

⁵⁹ Cf. TIBÚRCIO (1979).

⁶⁰ Cf. RIBEIRO (1980-b); LEITÃO e FREITAS (1982).

⁶¹ Cf. CARVALHO (1976, 1979); CASTANHEIRA e RIBEIRO (1977); PEREIRINHA (1980); MATEUS (1981).

⁶² MOURA (1977, 1979); SANTOS (1978-b); CATARINO (1980).

⁶³ Cf. RAMOS e ABECASIS (1979, 1980-a, b) e ROMÃO (1976) relativamente ao emprego feminino e o CENTRO DE ESTUDOS E PLANEAMENTO (1979) relativamente à análise regional do emprego.

⁶⁴ Cf. BARATA (1975); TRINDADE (1976, 1981); FERREIRA (1976); CORDEIRO (1979); ANTUNES (1981).

No plano do *ensino*, já no fim da década, pode verificar-se o funcionamento de cadeiras de Economia do Trabalho e Economia dos Recursos Humanos no ISE, no ISCTE e nas Faculdades de Economia da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade do Porto, assim como de disciplinas de Gestão de Recursos Humanos em diversos estabelecimentos de ensino privado, tais como o Instituto de Novas Profissões. Este florescimento académico não deixou, porém, de ser tímido e pouco penetrante ao nível do mercado de trabalho: essas cadeiras mantêm geralmente o estatuto curricular de optativas e os recrutamentos são escassos por parte quer do aparelho de Estado quer das empresas, ainda pouco sensibilizadas para este perfil profissional, muito embora se tenha constituído entretanto a Associação Portuguesa dos Gestores e Técnicos de Recursos Humanos. Já no âmbito da formação social e sindical, destaca-se a actividade do Instituto de Formação Social e do Trabalho, criado em 1976 e editando, desde então, a revista *Educação e Trabalho*.

4.2 OS ANOS DE 1982-85: NOVOS DESAFIOS NO CONTEXTO DA CRISE

A concentração dos sintomas de *crise*, entendida enquanto processo de mutação estrutural, é de algum modo diferida em Portugal em relação ao contexto europeu. Desde 1978 que o País vive sob uma política restritiva decorrente de acordos com o FMI, mas o discurso e a intervenção governamentais tendem a sobrevalorizar os aspectos aparentemente conjunturais da crise, como o défice externo e a inflação, em detrimento das opções estratégicas de desenvolvimento: estas vão sendo colocadas na dependência das negociações da integração na CEE. Os processos de reconversão industrial, por exemplo, só começam a revelar o seu impacte social já na década de 80. E a este desfasamento dos sintomas estruturais da crise junta-se um outro, o da tomada de consciência ao nível quer da opinião pública, quer da própria percepção científica, já que o fervilhar de inovações teóricas neste campo disciplinar ocorrido nos últimos anos só tem sido acompanhado por um pequeno número de especialistas.

Será a verificação de novos problemas — como as transformações profundas na lógica do mercado de trabalho português, a recomposição acelerada das classes sociais, a penetração de novas tecnologias — que irá tornar mais evidentes as lacunas de potencial científico entretanto acumuladas. Com efeito, o potencial científico relativo aos problemas do trabalho e do emprego foi marginalizado durante décadas em consequência das «soluções» espontâneas que a sociedade portuguesa foi produzindo para os resolver: a emigração, o baixo nível de salários, o enfraquecimento do poder contratual das classes assalariadas. Mas estas «soluções» ameaçam agora esgotar-se. E a descoberta de outras esbarra com um pesado défice de capacidade científica e, de um modo mais geral, de sensibilização e capacidade de inovação dos agentes sociais neste domínio.

É certo que a rede institucional de suporte à pesquisa nesta área disciplinar se alarga entretanto: ao Departamento de Estudos e Planeamento, do Ministério do Trabalho, e ao Gabinete de Investigações Sociais — agora Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa — juntam-se alguns núcleos de investigadores, financiados por organismos como o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, o Instituto Damião de Góis, a Fundação Oliveira Martins, a Fundação José Fontana, ou inseridos em estabelecimentos universitários, como o Instituto Superior de Ciências do

Trabalho e da Empresa, o Instituto Superior de Economia, as Faculdades de Ciências e Tecnologia e de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, o Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas e a Faculdade de Economia do Porto. No Ministério do Trabalho são também desenvolvidos outros núcleos de pesquisa, no âmbito da Divisão de Sociologia do Trabalho (criada em 1978) e do Instituto do Emprego e Formação Profissional; e, da parte das confederações sindicais e patronais, assim como das comissões de coordenação das regiões, regista-se também alguma movimentação nesse sentido. Paralelamente, começam a surgir gabinetes privados de consultadoria, tais como a sociedade Antropos. E o debate e investigação sobre os problemas da segurança social recebem um novo impulso com a criação, em 1985, da Associação Portuguesa de Segurança Social.

É também manifesta, a partir de 1982, a concentração de encontros científicos, exprimindo uma maior maturação e capacidade de intervenção no âmbito desta comunidade disciplinar: em 1982, o Seminário de Estatísticas do Trabalho, organizado pelo Ministério do Trabalho, e o Colóquio sobre a Formação de Portugal Contemporâneo, promovido pelo Instituto de Ciências Sociais; em 1983, a Conferência sobre Evolução Recente e Perspectivas da Economia Portuguesa (Centro de Investigações sobre a Economia Portuguesa — ISE); em 1984, a Conferência sobre o Retorno e Reintegração dos Emigrantes (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento), o Seminário Emprego e Emigração face à Adesão de Portugal à Comunidade Europeia (Instituto Nacional de Administração), o 1.º Encontro Nacional de Profissionais em Sociologia Industrial, das Organizações e do Trabalho — (APSIOT), a Conferência Nacional de Recursos Humanos (Associação Portuguesa de Gestores e Técnicos de Recursos Humanos), o Colóquio Portugal 1974-1984, Dez Anos de Transformação Social (*Revista Crítica de Ciências Sociais*, ligada à Faculdade de Economia de Coimbra), a Conferência Modernização da Economia Portuguesa (Associação Portuguesa de Economistas) e alguns seminários promovidos por associações patronais e sindicais⁶⁵; em 1985, a Conferência Políticas de Desenvolvimento Económico e Social (IED), o Colóquio Mudanças Sociais no Portugal de Hoje (ICS-UL), o Seminário sobre Economia Subterrânea e Política Económica e Social (Instituto Damião de Góis), quatro debates (democracia industrial, reestruturação económica e transformações das relações sociais do trabalho, novas tecnologias e organização do trabalho, situação e perspectivas da SIOT), a 2.ª Conferência Nacional da SIOT (onde se constitui a respectiva Associação) e o Simpósio sobre Comportamento Organizacional (promovido pela Associação Portuguesa de Psicologia). Anota-se ainda o início de duas novas publicações: o *Boletim de Estudos Operários (ICS-UL)* e o *Boletim da APSIOT*.

No campo da sociologia do trabalho, o agravamento dos efeitos da crise (desemprego, salários e pensões em atraso, planos de viabilização e reconversão, precarização da relação salarial, economia subterrânea) reflecte-se nos temas abordados na pesquisa. Um exemplo disto é a investigação conduzida por M. Pires de Lima sobre as indústrias navais, em que o autor articula as mudanças na conjuntura económica, nos sistemas de produção e nas políticas de gestão de mão-de-obra com os discursos, com-

⁶⁵ Nomeadamento pela UGT («Portugal: que classes trabalhadoras? Que sindicalismo?») e pela CGTP — Intersindical Nacional.

portamentos e tipos de consciência dos diferentes grupos em presença⁶⁶. Ilustrações análogas surgem em estudos efectuados no Seminário de Sociologia do Trabalho do ISCTE, nomeadamente o de uma equipa que analisa a evolução da consciência e da acção operária na Setenave entre 1974 e 1983⁶⁷. A articulação entre sistemas de trabalho e identidades culturais operárias (modelos culturais, normas de relações interpessoais quotidianas) é também examinada na Sociedade Central de Cervejas por Firmino da Costa e outros autores⁶⁸.

As origens e a implantação dos contratos colectivos são objecto de três artigos de José Barreto, em que se sublinha a influência histórica fundamental exercida pelos tipógrafos⁶⁹. No âmbito dos estudos desenvolvidos na Divisão de Sociologia do Ministério do Trabalho, Maria Luísa Cristovam foca sociologicamente os conflitos de trabalho em 1979, com base em alguns indicadores: frequência, extensão, intensidade, duração, formas de greve, resultados, dimensão, ramo de actividade e situação geográfica da empresa⁷⁰. Uwe Optenhogel e Alan Stoleroff examinam os objectivos políticos dos sindicatos⁷¹. No campo da caracterização da situação social da mulher devem também ser referidos, entre outros, os trabalhos de Teresa de Sousa Fernandes, Karin Wall e Julieta Almeida Rodrigues⁷².

A evolução dos temas da pesquisa denota a influência do contexto social: verifica-se uma deslocação de interesse para variáveis explicativas das relações de trabalho, como as estratégias industriais, as políticas económicas, tecnológicas e de mão-de-obra e as transformações dos sistemas de trabalho. É assim que Fátima Patriarca analisa exhaustivamente o contexto e as incidências do processo de introdução da organização científica do trabalho na metalomecânica pesada, enquanto M. Pires de Lima investiga algumas linhas históricas da introdução do taylorismo em Portugal⁷³.

Na área da psicossociologia das organizações, devem salientar-se os resultados da pesquisa-intervenção de Cláudio Teixeira sobre as novas formas de organização do trabalho experimentadas no âmbito do Instituto de Participações do Estado (CIFAG). Combinando as perspectivas sociotécnica e socioeconómica, o autor evidencia a evolução de um processo de mudança em que se caminha do enriquecimento do trabalho para o aperfeiçoamento dos objectivos de um departamento de empresa industrial, mediante a sua inserção numa lógica de gestão global⁷⁴. Uma outra contribuição muito importante para o aprofundamento da sociologia da participação nas organizações é o livro de José Baptista, Ilona Kovács e Conceição Lobo Antunes, em que se analisam intensiva e diacronicamente o sistema sociocultural de uma cooperativa de produção industrial e as suas interacções com o meio circundante, de modo a fazer sobressair as condições da participação. Explicitando e reflectindo criticamente sobre a gama variada de métodos utilizados, este estudo de caso insere-se numa pesquisa de formas de gestão alternativas ao modelo autoritário de organização,

⁶⁶ LIMA (1986).

⁶⁷ MARTINS, MORAIS, ROSA e SOEIRO (1983).

⁶⁸ COSTA, GUERREIRO, FREITAS e FERREIRA (1984).

⁶⁹ BARRETO (1980, 1981, 1982).

⁷⁰ CRISTOVAM (1982).

⁷¹ OPTENHOGELE e STOLEROFF (1984).

⁷² FERNANDES (1981); WALL (1982); RODRIGUES (1983).

⁷³ PATRIARCA (1982); LIMA (1982).

⁷⁴ TEIXEIRA (1984).

através da definição das circunstâncias favoráveis ao aumento da iniciativa e da descentralização⁷⁵.

As investigações de sociologia histórica das classes trabalhadoras são prosseguidas ao longo deste período por vários autores, entre os quais se citam Filomena Mónica, que, fazendo sequência a trabalhos anteriores, conclui uma monografia sobre os metalúrgicos⁷⁶, e João Freire, que prepara uma tese de doutoramento sobre ideologia, ofício e práticas sociais, centrada nas relações entre o anarquismo e o movimento operário em Portugal entre 1900 e 1940.

Por último, numa óptica mais jurídico-institucional, assinalam-se as obras de Monteiro Fernandes (sobre temas laborais), Silva Leal (segurança social) e Mário Pinto (análise comparativa dos diferentes regimes de despedimentos)⁷⁷.

No campo da *economia do trabalho*, para além de aprofundamentos em linhas de pesquisa já abertas, como a dinâmica salarial⁷⁸, a evolução do mercado de trabalho e da estrutura do emprego⁷⁹, a concepção de políticas de emprego⁸⁰, as questões da formação profissional e da segurança social⁸¹, ressurgem em força o tema da emigração, mas já reorientado para os problemas do retorno⁸². E são também propostos novos objectos de pesquisa, marcados pelo contexto da crise: as desigualdades no mercado de trabalho relativamente às mulheres⁸³ e aos jovens⁸⁴, a identificação de zonas de pobreza⁸⁵, a economia subterrânea e o trabalho clandestino⁸⁶ e as iniciativas locais de emprego⁸⁷.

Se nos reportarmos já aos trabalhos em curso, são também visíveis algumas perspectivas de actualização temática. No Instituto Superior de Economia tem vindo a emergir na área dos Recursos Humanos um núcleo de docentes integrados no CISEP e dinamizado por Américo Ramos dos Santos, que defende em 1983 uma tese de doutoramento sobre o tema *Recursos Humanos e Tecnologia nos Países em Desenvolvimento — Medida e Ensaio Interpretativo*⁸⁸. Esta tese procede a uma importante actualização e síntese de conhecimentos referentes a esta problemática, interrompendo no País o «silêncio académico» que vinha desde o doutoramento de Mário Murteira, em 1968. Neste núcleo de investigação no ISE estão a ser conduzidas pesquisas no âmbito da análise e previsão das estruturas de emprego, da terciarização do emprego (Mário Bairrada), da dinâmica das qualificações e mobilidade ocupacional relacionada com a estru-

⁷⁵ BAPTISTA (1985).

⁷⁶ MÓNICA (1982-b). Cumpre assinalar ainda a criação do Arquivo de Sociologia do Trabalho, coordenado por M. Pires de Lima, com o objectivo de inventariar, recolher, classificar, conservar e divulgar documentos sobre trabalho, indústria e movimento operário.

⁷⁷ FERNANDES (1983, 1984); LEAL (1984); PINTO e FIALHO (1983).

⁷⁸ RIBEIRO e ALMEIDA (1984).

⁷⁹ SOARES e ABECASIS (1982); MIL-HOMENS (1984); RODRIGUES (1985-a, b).

⁸⁰ CAVALHEIRO, ANTUNES, PINHEIRO e RAMOS (1983).

⁸¹ TIBÚRCIO, AMBRÓSIO e AVAKOV (1982); PEREIRA (1983); ALPIARÇA (1984); BENTO (1983).

⁸² STAHL (1982); NETO (1983); SILVA (1984-a); FERREIRA (1984); AMARO (1984, 1985).

⁸³ SILVA (1983) e NUNES (1984), para além dos trabalhos da Comissão da Condição Feminina.

⁸⁴ PEREIRA (1983); SERUYA (1983).

⁸⁵ SILVA (1984-b).

⁸⁶ SANTOS (1983); LOBO (1985); RODRIGUES (1985-a).

⁸⁷ NEVES (1984).

⁸⁸ SANTOS (1983).

tura de investimento (António Marques) e da evolução dos processos de trabalho no contexto da industrialização (António Mil-Homens)⁸⁹.

Decorre, entretanto, no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, um projecto de investigação subordinado ao tema Modos de Gestão da Mão-de-Obra Assalariada — Comparação Sectorial e Regional, visando apreender as ligações entre a mutação do aparelho produtivo, o funcionamento do mercado de trabalho e as diferenciações da relação salarial e reunindo uma equipa pluridisciplinar, coordenada por Maria João Rodrigues. Também no âmbito da Faculdade de Economia do Porto, estão em curso teses de doutoramento sobre a industrialização e gestão da força de trabalho nas empresas corticeiras (Margarida Ruivo), as migrações internacionais e mercado de trabalho no caso português (Maria da Conceição Ramos) e a evolução histórica da relação salarial em Portugal (Pilar Gonzales). Por seu turno, o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento tem vindo a promover pesquisas sobre a inserção dos retornados das ex-colónias (Rui Pena Pires) e dos cabo-verdianos (Rogério Roque Amaro) no espaço nacional, enquanto no Instituto do Emprego e Formação Profissional é lançada, sob a coordenação de José Carlos Silva Pereira, uma linha de pesquisa sobre as «formas de trabalho atípico», a começar pelos contratos a prazo.

5. BALANÇO: PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

O desenvolvimento verificado no domínio da sociologia e da economia do trabalho, nomeadamente a partir da abertura de 1974, traduz-se num conjunto de *pontos fortes* adquiridos. Em primeiro lugar, e designadamente em relação à sociologia, verifica-se uma diversidade enriquecedora de enfoques teóricos e metodológicos (marxismo, accionalismo, funcionalismo, métodos extensivos e quantitativos, métodos intensivos e qualitativos, etc.). Além disso, é notória a maturidade epistemológica e metodológica, indiciada pela capacidade de interrogação sistemática sobre as problemáticas e pela vigilância crítica em relação ao empirismo. O impulso para o progresso da acumulação de conhecimentos revela-se também no acréscimo de investigadores, projectos e lugares de publicação dos produtos das pesquisas. Finalmente, sobressai a relevância de práticas pluridisciplinares de indagação científica.

Estas linhas de força não devem porém fazer iludir um importante número de *insuficiências* (e deficiências) que se torna urgente assumir.

Um dos obstáculos é a relativa debilidade de trabalho teórico original que marca a produção de ciências sociais em Portugal, bem como um certo desfasamento, com raras excepções, em relação aos últimos progressos realizados internacionalmente nas disciplinas. Encontra-se por vezes uma tendência para o abstraccionismo dedutivista, pouco atento ao valor do trabalho empírico e concreto no terreno, ancorado na especificidade da formação social portuguesa. Convém assinalar, por exemplo, que a segmentação do mercado de trabalho, as questões ligadas aos modos e quadros de vida, as novas tecnologias e sectores (com a conseqüente reformulação das qualificações e formas de emprego), as estratégias dos actores sociais, os movimentos sociais, a mudança cultural atinente aos novos

valores e representações do trabalho e não trabalho, a democracia nas organizações, as condições e qualidade de trabalho e da vida fora do trabalho, são tudo temas ainda pouco explorados e debatidos.

Esta situação explica-se em grande parte pelas dificuldades em financiar a actualização de bases bibliográficas e o desenvolvimento de relações de intercâmbio com a comunidade científica internacional. Mas ela resulta também do acentuar recente das orientações empiristas e economicistas ligadas à pesquisa demasiado vinculada à procura externa e a resultados rápidos e imediatamente utilizáveis. Trata-se de uma tendência pragmática que contraria a distanciação crítica e que pode constituir um obstáculo a inovações teóricas que dependem da abertura interdisciplinar (e até transdisciplinar), do questionar dos próprios fundamentos tradicionais das ciências sociais do trabalho e da definição das condições de autonomia da análise científica.

Verifica-se paralelamente que o considerável potencial de produção estatística que tem sido criado não está suficientemente articulado com os núcleos de análise e pesquisa, tanto no momento inicial da concepção, como no momento final da utilização: ilustrações deste estado são nomeadamente os dados referentes a conflitos de trabalho, qualificação profissional e dinâmica do mercado de trabalho.

Este conjunto de dificuldades decorre também, por seu turno, de insuficiências institucionais da própria comunidade ligada a esta especialidade científica: reconhecimento tardio e ainda precário do perfil profissional, óbices na inserção no mercado de trabalho, desarticulação entre instituições de ensino, de investigação, de administração pública, empresas públicas, privadas, cooperativas, sindicatos, instituições da vida regional, local e associativa, limitações nos financiamentos e bloqueamentos organizacionais que dificultam a reprodução profissional alargada da comunidade científica, conduzindo a um conhecimento fragmentário e disperso da estrutura e transformações da sociedade portuguesa.

As mutações estruturais em curso tendem, no entanto, a suscitar crescentes interesses (políticos, empresariais, sindicais, regionais e culturais) em torno de problemas como a valorização dos recursos humanos, os novos modelos de desenvolvimento, a informatização, a flexibilidade organizacional, a reconversão industrial, a formação profissional, as iniciativas locais de emprego, a sociedade pós-industrial.

Resta, portanto, saber em que medida esta comunidade científica conseguirá tirar partido de um contexto menos desfavorável, superando obstáculos organizacionais e metodológicos e renovando-se pelo investimento em *novos objectivos*.

Referimo-nos à necessidade de abordagem das seguintes temáticas, entre outras: estudo interdisciplinar do mercado de trabalho reabilitando o papel dos actores sociais e as ligações ao aparelho produtivo e às estratégias industriais; análise do contexto e dos efeitos sociais da mudança económica e da crise; questões levantadas pelo processo de modernização e de inovação tecnológica, com a conseqüente reformulação dos conceitos «trabalho» e «não trabalho»; interdependência socialização-educação-formação-emprego e saúde-doença-sociedade; formação do patronato, dos quadros e da classe operária.

Parece, enfim, importante repensar as próprias orientações metodológicas, o que passa nomeadamente pelos seguintes eixos: reapreciação crítica dos paradigmas teóricos tradicionais; concepção de teorias auxiliares e de

médio alcance atentas às especificidades nacionais, regionais e locais; superação das práticas compartimentadas por fronteiras disciplinares rígidas, suscitando pesquisas que associem a sociologia, a economia, a psicologia, a história, a antropologia, a gestão; incentivo da inovação, aprofundando o nível de formação e as virtualidades da pesquisa-intervenção, com estabelecimento de *redes* mais densas entre investigadores e agentes sociais.

Um afrontamento crítico destes desafios possibilitaria, sem dúvida, ultrapassar mais uma etapa na maturação das ciências sociais portuguesas nas temáticas do trabalho e do emprego.

Julho de 1985

BIBLIOGRAFIA *

- ALMEIDA, Carlos, e BARRETO, António (1970), *Capitalismo e Emigração em Portugal*, Lisboa, Prelo.
- ALMEIDA, Carlos C. (1973), «Sobre a problemática da emigração portuguesa: notas para um projecto de investigação interdisciplinar», in *Análise Social*, Lisboa, 10, 40, pp. 778-789.
- ALMEIDA, José Carlos Ferreira de (1964), «A emigração portuguesa para França: alguns aspectos quantitativos», in *Análise Social*, Lisboa, 2, 7-8, pp. 599-622.
- ALMEIDA, José Carlos Ferreira de (1966), «Dados sobre a emigração portuguesa em 1963-65: alguns comentários», in *Análise Social*, Lisboa, 4, 13, pp. 116-127.
- ALMEIDA, Maria Susana G. de (1962), *Motivações no Trabalho. Inquérito aos Operários das Indústrias Metalomecânicas da Região de Lisboa*, Lisboa, Associação Industrial Portuguesa.
- ALPIARÇA, João Cidade (1984), «Sistema educativo e preparação para o mercado de trabalho», in *Economia e Socialismo*, Lisboa, 63, pp. 33-44.
- AMARO, Rogério Roque (1984), «Emigração e regresso de emigrantes (uma análise em termos de mercado de trabalho)», in *Economia e Socialismo*, Lisboa, 63, pp. 77-92.
- AMARO, Rogério Roque (1985), «Reestruturações demográficas, económicas e socioculturais em curso na sociedade portuguesa: o caso dos emigrantes regressados», in *Colóquio Mudanças Sociais em Portugal de Hoje*, org. Instituto de Ciências Sociais, Lisboa.
- ANTUNES, M. L. Marinho (1970), «Vinte anos de emigração portuguesa: alguns dados e comentários», in *Análise Social*, Lisboa, 8, 30-31, pp. 299-385.
- ANTUNES, M. L. Marinho (1973), «A emigração portuguesa desde 1950: dados e comentários», ed. Gabinete de Investigações Sociais, «Cadernos GIS», Lisboa, 7.
- ANTUNES, M. L. Marinho (1981), «Migrações, mobilidade social e identidade cultural: factos e hipóteses sobre o caso português», in *Análise Social*, Lisboa, 17, (1), 65, pp. 17-28.
- AQUINO, Acácio Tomás de (1978), *O Segredo das Prisões Atlânticas*, Lisboa, Regra do Jogo.
- ASCENSÃO, Miguel de Oliveira (1959), «Os serviços nacionais de emprego», in *Revista do Gabinete de Estudos Corporativos*, Lisboa, ano 9, 39, pp. 217-234.
- BAPTISTA, José (1973), *Burocracia e Capitalismo, Teorias e Tendências*, tese de doutoramento, Universidade de Ciências Económicas de Budapeste.
- BAPTISTA, José (1985), «Projecto S. I. O. T.: uma opinião», in *Boletim S. I. O. T.* (Sociologia Industrial, das Organizações e do Trabalho), Lisboa, 1, pp. 3-7.
- BAPTISTA, José, KOVÁCS, Ilona, e ANTUNES, Conceição Lobo (1985), *Uma Gestão Alternativa: Para Uma Sociologia da Participação nas Organizações, a partir de Uma Experiência Portuguesa*, Lisboa, Editora Relógio de Água.
- BARATA, Óscar Soares (1975), «A emigração e o êxodo rural em Portugal», in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 33 (1-3), (4-6), pp. 37-69.
- BARRETO, José (1977), «Empresas industriais geridas pelos trabalhadores», in *Análise Social*, Lisboa, 12, 51, pp. 681-720.
- BARRETO, José (1980), «Sobre as origens da contratação colectiva», in *Análise Social*, Lisboa, 16, 64, pp. 699-712.
- BARRETO, José (1981), «Os tipógrafos e o despontar da contratação colectiva em Portugal (I)», in *Análise Social*, Lisboa, 17, 66, pp. 253-292.
- BARRETO, José (1982), «Os tipógrafos e o despontar da contratação colectiva em Portugal (II)», in *Análise Social*, Lisboa, 70, pp. 183-211.

* A bibliografia original comportava cerca de 400 títulos, tendo-se mantido, nesta versão, apenas os principais.

- BASTIEN, Carlos (1984), «A *Revista de Economia* e a introdução do keynesianismo em Portugal», in *Estudos de Economia*, 4, 2, pp. 163-184.
- BENTO, Maria (1983), «O financiamento da segurança social, suas distorções e consequências», in conferência *Evolução Recente e Perspectivas de Transformação da Economia Portuguesa*, Lisboa, ed. CISEP, pp. 1035-1069.
- BRANCO, Carlos (1965), *Perspectivas Sociais da Empresa. Cinco Ensaios sobre Relações Humanas na Indústria*, Lisboa, edição da Junta de Acção Social.
- BRANQUINHO, Isilda Nunes (1965), «Crescimento económico e política de emprego», in *Análise Social*, Lisboa, 11, pp. 361-362.
- BUREAU INTERNATIONAL DU TRAVAIL (1979), *Employment and Basic Needs in Portugal*, Genebra, ed. BIT.
- CABRAL, Manuel Villaverde (1977), *O Operariado nas Vésperas da República, 1909-1910*, Lisboa, Presença.
- CABRAL, Manuel Villaverde (1979), *Portugal na Alvorada do Século XX*, Lisboa, A Regra do Jogo.
- CAMPOS, José Torres (1966), «A produtividade da população activa do continente português de 1950 a 1960», in *Análise Social*, Lisboa, 4, 14, pp. 292-312.
- CARDOSO, J. Pires (1943), *Sociedade Anónima, Ensaio Económico*, Lisboa, edição da Empresa Nacional de Publicidade.
- CARDOSO, J. Pires (1950), *Corporativismo*, Lisboa, ed. do autor.
- CARVALHO, Fernando Neto de (1962-a), «Formação profissional», in *Estudos Sociais e Corporativos*, Lisboa, ano 1, 3, pp. 13-24.
- CARVALHO, Fernando Neto de (1962-b), «Política de mão-de-obra», in *Estudos Sociais e Corporativos*, Lisboa, ano 1, 2, pp. 7-21.
- CARVALHO, Odete Esteves de (1962), «Diferenciações salariais na indústria portuguesa», in *Estudos Sociais e Corporativos*, Lisboa, ano 3, 9, pp. 52-94.
- CARVALHO, Odete Esteves de (1971), «Aspectos da repartição do rendimento em Portugal: análise no período dos I e II Planos de Fomento», in *O Desenvolvimento em Portugal: Aspectos Sociais e Institucionais*, Lisboa, ed. Gabinete de Investigações Sociais.
- CARVALHO, Odete Esteves de (1976), *Distribuição e Redistribuição dos Rendimentos em Portugal — Agricultura e Actividades não Agrícolas*, Lisboa, ed. do Gabinete de Estudos e Planeamentos do Ministério do Trabalho, série «Estudos».
- CARVALHO, Odete Esteves de, e NUNES, Maria Luísa (1979), «Aspectos da distribuição de rendimentos em Portugal no período 1973-1978», comunicação à II Conferência Internacional sobre Economia Portuguesa, Lisboa, ed. da Fundação Calouste Gulbenkian.
- CASTANHEIRA, Maria Emília, e RIBEIRO, Maria Eduarda (1977), «A repartição pessoal do rendimento em Portugal», in *Análise Social*, 13, (4), 50, pp. 727-742.
- CATARINO, Acácio Ferreira (1980), «Problemas de emprego — situação portuguesa», in *Economia e Socialismo*, Lisboa, 48-49, pp. 15-34.
- CAVALHEIRO, Américo, ANTUNES, Maria da Graça, PINHEIRO, Maria Madalena, e RAMOS, A. Brito (1983), «O nível micro da política de emprego — a experiência recente e as perspectivas futuras», in conferência *Evolução Recente e Perspectivas de Transformação da Economia Portuguesa*, Lisboa, ed. CISEP-ISE.
- CENTRO DE ESTUDOS DE PLANEAMENTO (1979), «Localização do emprego industrial», in *Estudos Urbanos e Regionais*, Lisboa, ed. do Centro de Estudos e Planeamento, Secretaria de Estado de Planeamento.
- COMISSÃO INTERMINISTERIAL DE PLANEAMENTO E INTEGRAÇÃO ECONÓMICA (1967), «Trabalhos preparatórios do III Plano de Fomento», in *Grupo de Trabalho n.º 13: Mão-de-Obra e Problemas Sociais*, Lisboa, ed. CIPIE.
- COMISSARIADO DO DESEMPREGO (1959), *Primeiro Relatório Anual da Comissão Coordenadora das Obras Públicas no Alentejo*, Lisboa, 2.ª ed.
- CORDEIRO, Albano (1979), «Modalidade internacional da força do trabalho e imperialismo», in *Economia e Socialismo*, Lisboa, 34, pp. 28-47.
- COSTA, António Firmino da, GUERREIRO, Maria das Dores, FREITAS, Francisco da Silva, e FERREIRA, Maria Helena (1984), *Artes de Ser e de Fazer no Quotidiano Operário*, Centro de Estudos de Sociologia-ISCTE.
- COSTA, Emílio (1931), *O Sindicalismo Independente*, Lisboa, Seara Nova.
- CRISTOVAM, Maria Luísa (1982), *Conflitos de Trabalho em 1979 — Breve Análise Sociológica*, Lisboa, ed. do Ministério do Trabalho, «Colecção Estudos», série C, Trabalho, n.º 3.
- CRUZ, Manuel Braga da (1980), *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*, Lisboa, Editorial Presença, Gabinete de Investigações Sociais.
- DESCAMPS, Paul (1935), *Le Portugal. La Vie Sociale Actuelle*, Paris, Librairie de Paris, Firmin-Didot Éditeurs.

- DIAS, José Nascimento Ferreira (1945), *Linha de Rumo*, Lisboa, Clássica Editora.
- FERNANDES, António de Lemos Monteiro (1983), *Noções Fundamentais de Direito do Trabalho*, Coimbra, Almedina.
- FERNANDES, António de Lemos Monteiro (1984), *Temas Laborais*, Coimbra, Livraria Almedina.
- FERNANDES, Maria Teresa de Sousa (1981), *Women and the Wage Labor System: a Theoretical Approach to the Sexual Division of Labor*, tese de doutoramento, Brandeis University.
- FERREIRA, Eduardo de Sousa (1976), *Origens e Formas da Emigração: o Impacto da Emigração sobre o Desenvolvimento*, Lisboa, Iniciativas Editoriais.
- FERREIRA, Eduardo de Sousa (1984), *Reintegração dos Emigrantes Portugueses — Integração na CEE e Desenvolvimento Económico*, Lisboa, ed. da Associação de Estudantes do Instituto Superior de Economia.
- FONSECA, Carlos da (1973), *A Origem da 1.ª Internacional em Lisboa*, Lisboa, Editorial Estampa.
- FONSECA, Carlos da (1975), *Integração e Ruptura Operária — Capitalismo — Associativismo — Socialismo — 1836-1875*, Lisboa, Editorial Estampa.
- FONSECA, Carlos da (1979-82), *História do Movimento Operário e das Ideias Socialistas em Portugal*, Lisboa, Publicações Europa-América.
- FREIRE, João (1981), «A 'Sementeira' do arsenalista Hilário Marques», in *Análise Social*, Lisboa, 67-69, pp. 767-826.
- FREIRE, João, LIMA, Marinús Pires de, PIMENTEL, Duarte, SILVA, Fernando Costa e, e WALL, Karin (orgs.) (1985), *Antologia de Sociologia do Trabalho*, Lisboa, Edições A Regra do Jogo.
- FREITAS, Eduardo de (1973), «Sobre a polarização das relações sociais em Portugal: 1930-1970», in *Análise Social*, Lisboa, 10, 39, pp. 494-507.
- GONÇALVES, Bento (1976), *Escritos (1927-1930)*, Lisboa, Seara Nova.
- GONÇALVES, José Júlio (1971), *Portugueses Dispersos pelo Mundo. Síntese Estatística*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar.
- GONÇALVES, Luís (1905), *A Evolução do Movimento Operário em Portugal*, Lisboa.
- KOVÁCS, Ilona (1973), *Marx sobre a Burocracia*, tese de doutoramento, Universidade de Ciências Económicas de Budapeste.
- KOVÁCS, Ilona (1985), «Conferência-debate sobre democracia industrial na Europa, Japão, Estados Unidos e o caso português», in *Boletim S. I. O. T.*, Lisboa, 1, pp. 8-10.
- LEAL, António da Silva (1960), «Da falta de interesse dos juristas portugueses pelo direito de trabalho», in *Revista do Gabinete de Estudos Corporativos*, ano 11, 44, pp. 512-525.
- LEAL, António da Silva (1962), «Direito comparado e direito do trabalho», in *Estudos Sociais e Corporativos*, Lisboa, ano 1, 1, pp. 7-19.
- LEAL, António da Silva (1963), «A sociologia em Portugal», in *Estudos Sociais e Corporativos*, Lisboa, ano 2, 6, pp. 131-136.
- LEAL, António da Silva (1963), «A remuneração do trabalho na legislação portuguesa», in *Estudos Sociais e Corporativos*, Lisboa, ano 2, 7, pp. 9-30.
- LEAL, António da Silva (1984), *Temas de Segurança Social*, Lisboa, ed. da Federação Portuguesa dos Centros de Cultura e Desporto, da Saúde e Segurança Social.
- LEITÃO, Maria Lúcia, e FREITAS, Vera (1982), *Análise das Disparidades Salariais no Pós-25 de Abril*, Lisboa, Ed. Moraes, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- LIMA, João de Campos (1905), *Movimento Operário em Portugal*, reedição, 1972, Porto, Afrontamento.
- LIMA, José Lobo d'Ávila (1905), *Movimento Operário em Portugal*, Lisboa.
- LIMA, Marinús Pires de (1965), «Apontamento sobre o Seminário de Sociologia das Organizações do Prof. J. D. Reynaud», in *Estudos Sociais e Corporativos*, Lisboa, 16, pp. 123-150.
- LIMA, Marinús Pires de (1966), «O desenvolvimento económico e a repartição da população activa por ramo de actividade», in *Estudos Sociais e Corporativos*, Lisboa, 18, pp. 84-109.
- LIMA, Marinús Pires de (1967-a), «A participação dos trabalhadores nos resultados das empresas — estudo centrado na experiência francesa», in *Estudos Sociais e Corporativos*, Lisboa, ano 6, 22, pp. 84-148.
- LIMA, Marinús Pires de (1967-b), «Sistemas de remuneração baseados nos resultados da produção — um esquema de análise de alguns problemas», in *Estudos Sociais e Corporativos*, Lisboa, ano 6, 23, pp. 110-161.
- LIMA, Marinús Pires de (1977), «A acção operária na Lisnave: análise da evolução dos temas reivindicativos», in *Análise Social*, Lisboa, 52, pp. 829-900.
- LIMA, Marinús Pires de (1981), «A evolução do trabalho operário nas indústrias de construção e reparação navais — aspectos de uma investigação em curso e alguns resultados preliminares», in *Análise Social*, Lisboa, 17, 67-68-69, pp. 885-932.

- LIMA, Marinus Pires de (1982), «Notas para uma história da organização nacional do trabalho em Portugal (1900-80) — alguns resultados preliminares de uma investigação em curso», in *Análise Social*, Lisboa, 18, 72-73-74, pp. 1299-1365.
- LIMA, Marinus Pires de (1986), «Transformações das relações de trabalho e acção operária nas indústrias navais (1974-84)», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, 18-19-20, pp. 537-546.
- LOBO, Isabel Sousa (1985), «Estrutura social e produtiva e propensão à subterraneidade no Portugal de Hoje», in colóquio *Mudanças Sociais no Portugal de Hoje*, organizado pelo Instituto de Ciências Sociais, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- LOPES, Maria Helena Pessoa (1971), *Estrutura Empresarial Portuguesa*, Lisboa, ed. do Ministério das Corporações e Previdência Social, série «Estudos», 3.
- LOPES, Sérgio (1970), «Organizações e sociedade», in *Análise Social*, Lisboa, 8, 32, pp. 618-645.
- LOPES, Sérgio (1973), «Burocracia: prospecção de um conceito», in *Análise Social*, Lisboa, 10, 37, pp. 51-78.
- LOPES, Sérgio Gaspar Madeira de Freitas (1980), *Idéologie et Mouvements Sociaux. Apport à l'Étude des Idéologies Basé sur Quelques Aspects du Mouvement Ouvrier au Portugal*, Thèse de Doctorat de Troisième Cycle, Paris, École des Hautes Études en Sciences Sociales.
- LUCENA, Manuel de (1976), *A Evolução do Sistema Corporativo Português* (tradução da edição francesa de 1971), 2 vols., Lisboa, Perspectivas e Realidades.
- MAKLER, Harry Mark (1969), *A «Élite» Industrial Portuguesa*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1978), *História da 1.ª República. As Estruturas de Base*, Lisboa, Iniciativas Editoriais.
- MARTINS, Eduardo, MORAIS, Fátima, ROSA, Teresa, e SOEIRO, Teresa (1983), «Sistemas de trabalho, consciência e acção operária na Setenave», in seminário *Sociologia do Trabalho*, orientado por Marinus Pires de Lima, Lisboa, ISCTE.
- MARTINS, Isabel Faria (1969), «Os trabalhadores portugueses ante a sociedade e o progresso: notas e reflexões sobre um inquérito», in *Análise Social*, Lisboa, 7, 27-28, pp. 382-392.
- MARTINS, Isabel Faria, e COSTA, Leonel da (1970), *Os Trabalhadores da Indústria e o Progresso Técnico*, Lisboa, INII.
- MATEUS, Augusto (1981), «Política económica, dinâmica de inflação e repartição do rendimento em Portugal», in *Estudos de Economia*, Lisboa, 1, 3, ed. do Instituto Superior de Economia, pp. 319-354.
- MATOS, Luís Salgado de (1981), «Lisboa, 1920: vida sindical e condição operária — entrevista com Emídio Santana», in *Análise Social*, Lisboa, 17, 67-68-69, pp. 927-286.
- MATOS, Luís Salgado de (1982), «Generalidade e drama: pensamento político português (1945-1980)», in Lamounier e Bolivar (orgs.), *A Ciência Política nos Anos 80*, Editora Universidade de Brasília.
- MEDEIROS, Fernando (1978), *A Sociedade e a Economia Portuguesa nas Origens do Salazarismo*, Lisboa, A Regra do Jogo.
- MIL-HOMENS, António (1984), «Evolução da estrutura do emprego em Portugal após 1974», in *Economia e Socialismo*, Lisboa, 63, pp. 17-32.
- MÓNICA, Maria Filomena (1979), «Uma aristocracia operária: os chapeleiros (1870-1914)», in *Análise Social*, Lisboa, 15, 60, pp. 859-948.
- MÓNICA, Maria Filomena (1981), «Poder e saber: os vidreiros da Marinha Grande», in *Análise Social*, Lisboa, 17, 67-68-69, pp. 505-572.
- MÓNICA, Maria Filomena (1982-a), *A Formação da Classe Operária Portuguesa. Antologia da Imprensa Operária (1850-1934)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- MÓNICA, Maria Filomena (1982-b), «Indústria e democracia: os metalúrgicos de Lisboa (1880-1934)», in *Análise Social*, Lisboa, 18, 72-73-74, pp. 1231-1277.
- MONIZ, António Brandão (1982), *Da Divisão Social do Trabalho: Uma Abordagem Sociológica*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores.
- MOURA, Francisco Pereira de (1969), *Por onde Vai a Economia Portuguesa*, Lisboa, ed. Seara Nova.
- MOURA, João (1950), «A desproletarização e a empresa», in *Revista do Gabinete de Estudos Corporativos*, 3, pp. 50-57.
- MOURA, João (1957), «Os trabalhadores e a vida da empresa», in *Revista do Gabinete de Estudos Corporativos*, 29, pp. 21-54.
- MOURA, João (1958), «A industrialização, a empresa e o homem», in *Revista do Gabinete de Estudos Corporativos*, ano 9, 34, pp. 178-191.
- MOURA, João (1963), «Modernização industrial e emprego», in *Análise Social*, Lisboa, 1, 2, pp. 206-224.
- MOURA, João (1950), *Desenvolvimento Económico e Emprego no Continente Português*, Lisboa, Ministério das Corporações e Previdência Social.

- MOURA, João (1977), *Problemas e Política de Emprego*, Lisboa, Gabinete de Estudos, Planeamento e Organização do Ministério do Trabalho, série «Estudos», 36.
- MOURA, João (1979), *Emprego e Formação Profissional Extra-Escolar no Continente*, Lisboa, ed. do Departamento de Estudos e Planeamento do Ministério do Trabalho, série «Estudos», 42.
- MURTEIRA, Mário (1960), «Um problema da política de salários», in *Revista do Gabinete de Estudos Corporativos*, ano 9, 41, pp. 26-57.
- MURTEIRA, Mário (1963), «Aspectos recentes da repartição do rendimento em Portugal», in *Análise Social*, Lisboa, 1, 3, pp. 402-422.
- MURTEIRA, Mário (1966-a), «A criação do serviço nacional de emprego», in *Análise Social*, Lisboa, 4, (1), 13, pp. 112-116.
- MURTEIRA, Mário (1966-b), *Emigração e Política de Emprego em Portugal*, Lisboa, ed. do Fundo de Desenvolvimento de Mão-de-Obra.
- MURTEIRA, Mário (1968), *A Determinação do Salário na Indústria*, Lisboa, ed. Moraes.
- MURTEIRA, Mário, e BRANQUINHO, Isilda (1968), «Desenvolvimento de recursos humanos e ensino superior», in *Análise Social*, Lisboa, 6, 20-21, pp. 81-98.
- MURTEIRA, Mário (1969), *Economia do Trabalho*, Lisboa, Livraria Clássica.
- MURTEIRA, Mário, BRANQUINHO, Isilda, e CATARINO, Acácio (1969), *Recursos Humanos em Portugal — Síntese de Informação Estatística*, Lisboa, ed. Fundo de Desenvolvimento de Mão-de-Obra.
- MURTEIRA, Mário (1973), «Política nacional de salários e produtividade», in *Análise Social*, Lisboa, 10, 38, pp. 269-281.
- NAVARRO, Modesto (1973), *Emigração e Crise no Nordeste Transmontano*, Lisboa, ed. Prelo.
- NETO, João Pereira (1983), *Impacto Sócio-Económico-Político do Retorno dos Emigrantes ao Algarve e à Andaluzia*, Lisboa, Antropos.
- NEVES, António Oliveira das (1984), «A dimensão local da crise de emprego nos anos 80: reflexões em torno do 'Processo de Castanheira de Pêra'», in *Economia e Socialismo*, 63, pp. 93-104.
- NUNES, Adérito Sedas (1952), «Crise social e reforma da empresa», in *Revista do Gabinete de Estudos Corporativos*, ano 3, 10, pp. 100-222.
- NUNES, Adérito Sedas (1954), *Situação e Problemas do Corporativismo*, Lisboa, Gabinete de Estudos Corporativos do Centro Universitário da Mocidade Portuguesa.
- NUNES, Adérito Sedas (1961), *Princípios de Doutrina Social*, Lisboa, ed. Livraria Moraes.
- NUNES, Adérito Sedas (1963), «As relações humanas: significado e deturpações», in *Análise Social*, Lisboa, 1, 1, pp. 104-113.
- NUNES, Adérito Sedas (1969), *Sociologia e Ideologia do Desenvolvimento*, Lisboa, Moraes Editores, 2.ª ed. (1.ª ed., 1968).
- NUNES, Adérito Sedas, FERREIRA, Vítor, AGUIAR, Joaquim (1969), «Níveis de instrução na indústria portuguesa», in *Análise Social*, Lisboa, 27-28, pp. 645-705.
- NUNES, Adérito Sedas, e MIRANDA, J. David (1971), «A composição social da população portuguesa: alguns aspectos e implicações», in *O Desenvolvimento em Portugal: Aspectos Sociais e Institucionais*, Lisboa, ed. do Gabinete de Investigações Sociais, pp. 9-57.
- NUNES, Adérito Sedas (1972), *Questões Preliminares sobre as Ciências Sociais*, Lisboa, ed. do Gabinete de Investigações Sociais.
- NUNES, Maria do Carmo (1984), «A mulher: entre a família e o trabalho», in *Economia e Socialismo*, 63, pp. 71-76.
- OLIVEIRA, César (1971-a), *A Comuna de Paris e os Socialistas Portugueses*, Lisboa, Brasília.
- OLIVEIRA, César (1971-b), *O Congresso Sindicalista de 1911*, Porto, Afrontamento.
- OLIVEIRA, César (1973-a), *A Criação da União Operária Nacional*, Porto, Afrontamento.
- OLIVEIRA, César (1973-b), «Os limites e a ambiguidade: o movimento operário português perante a guerra de 1914-1918», in *Análise Social*, Lisboa, 40, pp. 679-702.
- OLIVEIRA, César (1974), *O Operariado e a República Democrática (1910-1914)*, Lisboa, Seara Nova.
- OPTENHOGEL, Uwe, e STOLEROFF, Alan (1984), «The political objectives underlying trade union program in Portugal», in *III International Meeting on Modern Portugal — Portugal and the Portuguese Ten Years Later 1974-1984*, sponsored by the International Conference Group on Modern Portugal, University of New Hampshire. Tradução portuguesa: *Conflitos e Mudanças em Portugal*, Lisboa, Teorema, 1985.
- PATRIARCA, Fátima (1977), «Práticas de acção operária e formas organizativas na Lisnave», in *Análise Social*, Lisboa, 13, 51, pp. 619-681.
- PATRIARCA, Fátima (1978), «Operários portugueses na revolução», in *Análise Social*, Lisboa, 14, 56, pp. 695-729.
- PATRIARCA, Fátima (1982), «Taylor no Purgatório — o trabalho na metalomecânica pesada», in *Análise Social*, Lisboa, 18, 71, pp. 435-530.

- PEREIRA, João Martins (1979), *Pensar Portugal hoje. Os Caminhos Actuais do Capitalismo Português*, Lisboa, Publicações D. Quixote.
- PEREIRA, José Pacheco (1971), *As Lutas Operárias contra a Carestia de Vida em Portugal — A Greve de Novembro de 1918*, Porto Portucalense.
- PEREIRA, José Pacheco (1981), «Contribuição para a história do Partido Comunista Português na I República (1921-26)», in *Análise Social*, Lisboa, 17, 67-68-69, pp. 695-714.
- PEREIRA, J. Silva (1983), *Emprego e Formação Profissional dos Jovens*, Lisboa, ed. do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- PEREIRA, Miriam Halpern (1981), *A Política Portuguesa de Emigração 1850-1930*, Lisboa, ed. A Regra do Jogo.
- PEREIRINHA, José A. (1980), «Evolução salarial em Portugal na década de 1970», in *Estudos de Economia*, Lisboa, ed. do Instituto Superior de Economia, 1, 1, pp. 69-82.
- PIMENTEL, Duarte, PEREIRA, José C. S., OLIVEIRA, José G., CUNHA, Maria Bárbara, PIMENTEL, Maria de Jesus, e LIMA, Marínus Pires de (1977), «Fábrica Simões: autogestão ou delegação de poderes? Estudo de um caso numa empresa intervencionada», in *Análise Social*, Lisboa, 13, (2), 50, pp. 355-418.
- PINTO, João Manuel Cortez (1955), *A Corporação*, Coimbra, Coimbra Editora.
- PINTO, João Manuel Cortez (1957-a), «Pesquisa de directrizes para uma política salarial», in IV Congresso da União Nacional, *Boletim do Instituto Nacional do Trabalho*, 24, (2).
- PINTO, João Manuel Cortez (1957-b), «O desemprego tecnológico e a corporação», in *Revista do Gabinete de Estudos Corporativos*, Lisboa, ano 8, 31, pp. 256-273.
- PINTO, Mário (1958), «Sobre o conflito colectivo de trabalho», in *Revista do Gabinete de Estudos Corporativos*, Lisboa, ano 9, 35-36, pp. 250-263.
- PINTO, Mário (1961), «Relações colectivas de trabalho», in *Revista do Gabinete de Estudos Corporativos*, Lisboa, ano 12, 46, pp. 203-222.
- PINTO, Mário (1963-a), «A colaboração na empresa e a projectada lei sobre o contrato de trabalho», in *Análise Social*, Lisboa, 1, pp. 100-104.
- PINTO, Mário (1963-b), «O problema da resolução dos conflitos colectivos do trabalho», in *Análise Social*, Lisboa, 1, 2, pp. 292-301.
- PINTO, Mário (1964-a), «O interesse colectivo de categoria profissional», in *Análise Social*, Lisboa, 6, pp. 308-317.
- PINTO, Mário (1964-b), «Função e acção sindicais: algumas considerações preliminares», in *Análise Social*, Lisboa, 2, 7-8, pp. 747-779.
- PINTO, Mário (1966), «O direito perante a greve», in *Análise Social*, Lisboa, 4, 13, pp. 48-73.
- PINTO, Mário (1971), «Reestruturação sindical: tópicos para uma questão prévia», in *Análise Social*, Lisboa, 8, 32, pp. 716-720.
- PINTO, Mário, e MOURA, Carlos (1972), «As estruturas sindicais portuguesas», in *Análise Social*, Lisboa, 33, pp. 140-190.
- PINTO, Mário, e FIALHO, Francisco Sousa (1983), *O Despedimento*, Lisboa, ed. Fundação Oliveira Martins.
- PRATA, F. X. Pina (1973), «Relações de liderança numa estrutura hierárquica», in *Estudos Sociais e Corporativos*, Lisboa, 36, pp. 3-22.
- QUINTELA, João (1976), *Para a História do Movimento Comunista em Portugal: 1. A Construção do Partido (1919-1929)*, Porto, Afrontamento.
- RAMOS, António Brito, e ABECASIS, Margarida (1979), *Projeção da População Activa do Continente até 1990*, Lisboa, ed. do Ministério do Trabalho, Departamento de Estudos e Planeamento, série «Estudos».
- RAMOS, António Brito, e ABECASIS, Margarida (1980-a), *Estudo sobre o Nível de Emprego Sectorial*, Lisboa, ed. do Ministério do Trabalho, Departamento de Estudos e Planeamento, série «Estudos».
- RAMOS, António Brito (1980-b), *População e Emprego — A Distribuição das Variações Regionais (Período de 1950/60 e 1960/70)*, Lisboa, ed. do Ministério do Trabalho, Departamento de Estudos e Planeamento, série «Estudos».
- RIBEIRO, Maria Eduarda (1980-a), *Alguns Indicadores sobre a Evolução dos Custos de Trabalho não Salariais em Portugal*, Lisboa, ed. do Ministério do Trabalho, Departamento de Estudos e Planeamento, série «Estudos».
- RIBEIRO, Maria Eduarda (1980-b), *Os Trabalhadores de Baixos Salários no Mercado de Emprego em Portugal*, Lisboa, ed. do Ministério do Trabalho, Departamento de Estudos e Planeamento, série «Estudos».
- RIBEIRO, Maria Eduarda, e ALMEIDA, Maria Henriqueta (1984), «Algumas reflexões sobre a dinâmica dos salários de base em Portugal (1974-1981)», in conferência *Evolução Recente e Perspectivas de Transformação da Economia Portuguesa*, Lisboa, ed. CISEP-ISE.
- RODRIGUES, Adriano Duarte (1983), *Homens Diferentes. Para Uma Antropologia Social da Emigração*, Lisboa, ed. Arcádia.

- RODRIGUES, António da Cruz (1965), *Formação Profissional e Política de Mão-de-Obra*, Lisboa, ed. da Junta de Acção Social.
- RODRIGUES, Julieta de Almeida (1983), «Continuidade e mudança nos papéis das mulheres urbanas portuguesas: emergência de novas estruturas familiares», in *Análise Social*, Lisboa, 19, (3-5), 77-78-79, pp. 909-938.
- RODRIGUES, Maria João (1984), «(Des)emprego, dilemas da crise», in *Economia e Socialismo*, Lisboa, 632, pp. 9-16.
- RODRIGUES, Maria João (1985-a), «Trabalho oculto e processos de submersão», in FIGUEIREDO, António, *A Economia Subterrânea e o Exercício da Política Económica e Social em Portugal — Contribuição para Um Debate Necessário*, Lisboa, ed. do Instituto Damião de Góis.
- RODRIGUES, Maria João (1985-b), «O mercado de trabalho em Portugal: das tensões aos metabolismos», in colóquio *Mudanças Sociais no Portugal de Hoje*, org. pelo Instituto de Ciências Sociais.
- ROMÃO, Isabel (1976), *Situação de Trabalho das Mulheres Portuguesas*, Lisboa, ed. da Comissão da Condição Feminina, série «Cadernos Condição Feminina», 4.
- SANTANA, Emídio (1985), *Memórias de Um Militante Anarco-Sindicalista*, Lisboa, Perspectivas e Realidades.
- SANTOS, Américo Ramos dos (1978-a), «Economia portuguesa: dez anos — cinco modelos», in *Economia e Socialismo*, Lisboa, 25-26.
- SANTOS, Américo Ramos dos (1978-b), «O emprego nos anos 80: a hipótese de integração na CEE», in *Economia e Socialismo*, Lisboa, 25-26.
- SANTOS, Américo Ramos dos (1978-c), «A Europa e a questão do emprego: análise da evolução recente», in *Economia e Socialismo*, Lisboa, 14, (3), 55, pp. 503-524.
- SANTOS, Américo Ramos dos (1978-d), «Emprego e migrações na Europa: perspectivas», in *Análise Social*, Lisboa, 14, (2), 56, pp. 801-816.
- SANTOS, Américo Ramos dos (1979), «Política económica e política de emprego: o modelo dos anos 1950-60», in *Análise Social*, Lisboa, 15, (3), 59, pp. 611-654.
- SANTOS, Américo Ramos dos (1983), *Recursos Humanos e Tecnologia nos Países em Desenvolvimento — Medida e Ensaio Interpretativo*, tese de doutoramento em Economia, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Economia.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1984), «A crise e a reconstituição do Estado em Portugal (1974-84)», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, 14, pp. 7-29.
- SANTOS, J. Albano (1983), *A Economia Subterrânea*, Lisboa, ed. do Ministério do Trabalho e da Segurança Social, série «Estudos».
- SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos, LIMA, Marinus Pires de, e FERREIRA, Victor Matias (1976-77), *O 25 de Abril e as Lutas Sociais nas Empresas*, 3 vols., Porto, ed. Afrontamento.
- SANTOS, Mário Cardoso dos (1963), «Perspectivas psicossociológicas da empresa», in *Análise Social*, Lisboa, 4, pp. 594-599.
- SANTOS, Mário Cardoso dos, e outros (1968), *Evolução da Produtividade do Trabalho, do Emprego e da Remuneração em 15 Sectores da Indústria Transformadora (1953-65)*, Lisboa, INII.
- SANTOS, Mário Cardoso dos, e CAMPOS, J. Torres (1969), «Evolução da produtividade do trabalho, da remuneração e do emprego na indústria transformadora», in *Análise Social*, 3, 27-28, pp. 551-559.
- SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEAMENTO (1977), *Plano de Médio Prazo 1977-80. Proposta de Lei do Plano. Grandes Opções de Política Económica e Social. Fundamentação Técnica das Grandes Opções*, Lisboa, ed. da Imprensa Nacional.
- SEMANAS SOCIAIS PORTUGUESAS (1949), *O Problema do Trabalho*, Lisboa, Tip. da União Gráfica.
- SEQUEIRA, José dos Reis (1978), *Relembrando e Comentando (Memórias de Um Operário Corticeiro, 1914-1938)*, Lisboa, A Regra do Jogo.
- SERRÃO, Joel (1976), *Testemunhos sobre a Emigração Portuguesa — Antologia*, Lisboa, Livros Horizonte.
- SERUYA, José Manuel (1983), *Desemprego Juvenil em Portugal*, Lisboa, ed. do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- SILVA, Fernando Emygdio da (1905), *O Operariado Português na Questão Social*, Lisboa.
- SILVA, Fernando Emygdio da (1913), *As Greves*, Coimbra, Imprensa da Universidade.
- SILVA, Manuela (1956), *Contribuição ao Estudo da Estrutura do Salário na Indústria Transformadora Portuguesa*, Centro de Estudos Económicos.
- SILVA, Manuela (1957), «O salário e a reforma da empresa», in *Revista do Gabinete de Estudos Corporativos*, Lisboa, 30, pp. 127-151.
- SILVA, Manuela (1965), *O Desenvolvimento Comunitário como Técnica de Aceleração do Desenvolvimento Sócio-Económico*, Lisboa, ed. IAF «Desenvolvimento Comunitário».

- SILVA, Manuela (1974), *Análise Sistemática, Modelização Social e Planificação*, Lisboa, ed. do Gabinete de Investigações Sociais.
- SILVA, Manuela (1976), «Os discursos de planificação social e os sistemas de exclusão que os demarcam», in *Análise Social*, Lisboa, 45, pp. 160-178.
- SILVA, Manuela (1983), *O Emprego das Mulheres em Portugal — A «Mão Invisível» na Discriminação Sexual no Emprego*, Porto, ed. Afrontamento.
- SILVA, Manuela (org.), e outros (1984-a), *Retorno, Emigração e Desenvolvimento Regional em Portugal*, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- SILVA, Manuela (1984-b), «Uma estimativa da pobreza em Portugal, em Abril de 1974», in *Cadernos de Ciências Sociais*, 1, pp. 117-134.
- SOARES, Maria Cândida, e VITAL, Maria Odete (1979), *Contributos para a Definição de Uma Política de Emprego*, Lisboa, ed. do Ministério do Trabalho, col. «Estudos».
- SOARES, Maria Cândida Medeiros, e ABECASIS, Maria Margarida (1982), *Estratégia de Desenvolvimento dos Recursos Humanos em Portugal (Reflexão Sobre o Emprego)*, Lisboa, ed. do Ministério do Trabalho, col. «Estudos».
- SOUSA, António Teixeira de, e FREITAS, Eduardo de (1973), «Subsídios para uma análise da população activa operária em Portugal», in *Análise Social*, Lisboa, 10, 38, pp. 306-339.
- SOUSA, Manuel Joaquim de (1931), *O Sindicalismo em Portugal*, Lisboa.
- STAHL, H. M., e outros (1982), *Perspectivas da Emigração Portuguesa para a C. E. E. (1980-1990)*, Lisboa, Moraes Editores, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- TEIXEIRA, Cláudio (1984), *Du Contenu du Travail Vers la Gestion*, Thèse de Doctorat de 3ème cycle en Sciences de Gestion, Université de Lyon.
- TELO, António José (1977), *O Sidonismo e o Movimento Operário Português*, Lisboa, Ulmeiro.
- TIBÚRCIO, Luís (1979), «Educação e trabalho capitalista: perspectiva histórica e ideias dominantes», in *Análise Social*, Lisboa, 15, 57, pp. 179-185.
- TIBÚRCIO, Luís (1979), «Capital humano e segmentação do mercado de trabalho: duas propostas radicais», in *Economia e Socialismo*, 35, pp. 35-45.
- TIBÚRCIO, Luís, AMBRÓSIO, Teresa, e AVAKOV, A. (1982), *Enseignement Supérieur et Progrès Technique au Portugal*, Paris, ed. Unesco-Institut International de Planification de l'Éducation.
- TRINDADE, Maria Beatriz Rocha (1970), *Observation Psycho-Sociologique d'un Groupe de Portugais dans la Banlieue Parisienne (Orsay)*, Paris, Faculté des Lettres et Sciences Humaines de Paris, Thèse de Doctorat.
- TRINDADE, Maria Beatriz Rocha (1976), «Comunidades migrantes em situação dipolar», in *Análise Social*, Lisboa, 12, 48, pp. 983-997.
- TRINDADE, Maria Beatriz Rocha (1981), «Emigração portuguesa: as políticas de trajecto de ida e de ciclo fechado», in *Estudos sobre a Emigração Portuguesa, Revista de História Económica e Social*, Lisboa, cadernos 1-2, pp. 71-90.
- TRINDADE, Maria Beatriz Rocha, e ARROTEIA, Jorge (1984), *Bibliografia da Emigração Portuguesa*, Lisboa, Instituto de Português de Ensino à Distância.
- UNIÃO GERAL DE TRABALHADORES (1985), *Portugal: Que Classes Trabalhadoras? Que Sindicalismo?*, Lisboa.
- VALENTE, Vasco Pulido (1976), *O Poder e o Povo. A Revolução de 1910*, Lisboa, D. Quixote.
- VALENTE, Vasco Pulido (1981), «Os conserveiros de Setúbal (1887-1901)», in *Análise Social*, 67-68-69, pp. 615-678.
- VIEIRA, Alexandre (1926), *Subsídios Para a História do Movimento Sindicalista em Portugal (de 1908 a 1919)*, Lisboa, Almanaque A Batalha.
- WALL, Karin (1982), «A outra face da emigração: estudo sobre a situação das mulheres que ficam no país de origem», in *Cadernos da Condição Feminina*, Lisboa, 14.